



DAVOS LAB BRASIL

Relatório de Pesquisa

Junho 2021

1.0 versão – português

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Global Shapers Community
Rotaract Brasil
Eureca.me

HUBS GLOBAL SHAPERS

Hub Brasília
Hub Belo Horizonte
Hub Curitiba
Hub Fortaleza
Hub Florianópolis
Hub Joinville
Hub Manaus
Hub Recife
Hub Rio de Janeiro
Hub Salvador da Bahia
Hub São Luís
Hub São Paulo

APOIO INSTITUCIONAL

Análise da pesquisa

Eureca
RealizeHub
Youth Voices Brasil

Apoio científico

CEPI FGV Direito SP
IEA USP

Divulgação e tecnologia

Cia de Talentos
Impact Beyond
RealizeHub
99jobs

EQUIPE DAVOS LAB BRASIL

Direção Executiva

Kamila Camilo (GS Hub São Paulo)

Líder de projeto

Jan Diniz (GS Hub São Paulo)

Líder de parcerias

Duda Alcantara (GS Hub São Paulo)

COORDENAÇÃO TEMÁTICA

Articulação nacional e Diálogos Locais

Guilherme Rosso e Luciana Muller (GS Hub Curitiba) e Thainy Bressan (GS Hub Brasília)

Comunicação

Amanda Costa e Gabriela Pascholati do Amaral (GS Hub São Paulo)

Identidade visual

Raquel Moraes Pereira (GS Hub Brasília)

Pesquisa e relatório

Ana Carolina Rodrigues Dias Silveira (GS Hub São Paulo)

Tecnologia

Guilherme Franco (GS Hub São Paulo) e Patrícia Moreira (GS Hub Curitiba)

Metodologia para Workshops

Marcela Moraes e Raquel Moraes Pereira (GS Hub Brasília)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
The Great Reset	6
Davos Lab	6
DAVOS LAB BRASIL	7
RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE OS 10 PILARES DA INICIATIVA	7
1. Apresentação e Perfil dos Respondentes	7
2. Resultados por Pilares	11
2.1. Trabalhos Inclusivos	11
2.1.2 Trabalhos Inclusivos: Desafios e Oportunidades	16
2.1.3 Trabalhos Inclusivos: Ideias e Soluções	17
2.2. Responsabilidade e Ética Social	17
2.2.1. Responsabilidade e Ética Social: Desafios e Oportunidades	20
2.2.2. Responsabilidade e Ética Social: Ideias e Soluções	21
2.3. Acesso Digital	22
2.3.1. Acesso Digital: Desafios e Oportunidades	24
2.3.2. Acesso Digital: Ideias e Soluções	26
2.4. Letramento Digital	27
2.4.2. Letramento Digital: Desafios e Oportunidades	31
2.4.2. Letramento Digital: Ideias e Soluções	31
2.5. Emissão Zero	32
2.5.1. Emissão Zero: Desafios e Oportunidades	34
2.5.2. Emissão Zero: Ideias e Soluções	36
2.6. Consumo Consciente	38
2.6.1. Consumo Consciente: Desafios e Oportunidades	41
2.6.2. Consumo Consciente: Ideias e Soluções	43
2.7. Futuro da Política	44
2.7.1. Futuro da Política: Desafios e Oportunidades	47
2.7.2. Futuro da Política: Ideias e Soluções	48
2.8. Segurança Pública e Coesão Social	49
2.8.1. Segurança Pública e Coesão Social: Desafios e Oportunidades	52

2.8.2. Segurança Pública e Coesão Social: Ideias e Soluções	53
2.9. Saúde Pública	55
2.9.1. Saúde Pública: Desafios e Oportunidades	58
2.9.1. Saúde Pública: Ideias e Soluções	60
2.10. Saúde Mental	60
2.10.1. Saúde Mental: Desafios e Oportunidades	63
2.10.2. Saúde Mental: Ideias e Soluções	64
COLABORADORES(AS)	65

INTRODUÇÃO

The Great Reset

A crise da Covid-19 e as perturbações políticas, econômicas e sociais que ela causou estão mudando fundamentalmente o contexto tradicional para a tomada de decisões. As inconsistências, inadequações e contradições de múltiplos sistemas - desde saúde e financeiro até energia e educação - estão mais expostas do que nunca em um contexto global de preocupação com a vida, os meios de subsistência e o planeta. As lideranças locais e globais se encontram em uma encruzilhada histórica, gerenciando as pressões de curto prazo contra as incertezas de médio e longo prazo.

À medida que entramos em uma janela de oportunidade única para moldar a recuperação, o Fórum Econômico Mundial lançou o [Great Reset](#), uma iniciativa voltada a coletar percepções para ajudar a informar todos aqueles que determinam o estado futuro das relações globais, a direção das economias nacionais, as prioridades das sociedades, a natureza dos modelos de negócios e a gestão de um bem comum global. Com base na visão e na vasta experiência dos líderes engajados nas comunidades do Fórum, a iniciativa Great Reset tem um conjunto de dimensões para construir um novo contrato social que honre a dignidade de cada ser humano.

Davos Lab

Na esteira dos esforços em torno do Great Reset, a Comunidade Global Shapers lançou a iniciativa [Davos Lab - Construindo nosso futuro](#), que visa a inspirar, capacitar e conectar jovens para pensar em respostas à pandemia de Covid-19 e a outras crises convergentes. Agregando as percepções, ideias e preocupações dos cidadãos e partes interessadas em mais de 150 países em todo o mundo, o Davos Lab tem por objetivo criar um plano de recuperação voltado para os jovens, apresentando ações tangíveis para criar um futuro melhor.

O plano de recuperação orientado para a juventude (crowdsourced através de uma campanha de dez semanas de diálogos globais e pesquisas realizadas em todo o mundo) será lançado no Dia Internacional da Juventude 2021 e se concentrará em dez grandes esforços de recuperação para redefinir os sistemas econômicos, sociais e ambientais. Também delineará uma nova visão para o ativismo juvenil e ação coletiva para a década atual e além.

No Brasil, 12 hubs se juntaram à iniciativa e, com o apoio de parceiros estratégicos, realizaram painéis, workshops, diálogos locais e uma pesquisa sobre os pilares escolhidos pela Comunidade Global Shapers. Neste relatório, compartilhamos os principais resultados da pesquisa e das atividades conduzidas pelo time do Davos Lab Brasil.

Para saber mais sobre nossas atividades, acesse: davoslab.com.br.

DAVOS LAB BRASIL

RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE OS 10 PILARES DA INICIATIVA

1. Apresentação e Perfil dos Respondentes

Seguindo o mesmo modelo utilizado pelo Davos Lab em todos os países participantes, a pesquisa realizada no Brasil teve como objetivo compreender a percepção atual das juventudes em relação a 10 pilares compreendidos nos assuntos Economia, Tecnologia, Emergência Climática, Liderança e Política. Os pilares são:

1. Trabalho Inclusivo;
2. Responsabilidade e Ética Social;
3. Acesso Digital;
4. Letramento Digital;
5. Emissão Zero;
6. Consumo Consciente;
7. Futuro da Política;
8. Segurança Pública e Coesão Social;
9. Saúde Pública;
10. Saúde Mental.

A pesquisa foi traduzida para o português brasileiro e divulgada no período de 01 de março a 04 de abril de 2021, reunindo um **total de 1103 respostas válidas e completas**.

As análises dos dados coletados pela pesquisa buscam responder:

- O perfil dos respondentes;
- Os pontos de maior interesse/preocupação dos respondentes;
- Se os respondentes estão otimistas ou pessimistas em relação ao futuro;
- Os atores responsáveis por construir soluções na percepção dos respondentes (indivíduos, sociedade civil organizada, terceiro setor, setor empresarial ou governo);
- Se, para os respondentes, as soluções passam por medidas mais individuais ou coletivas.

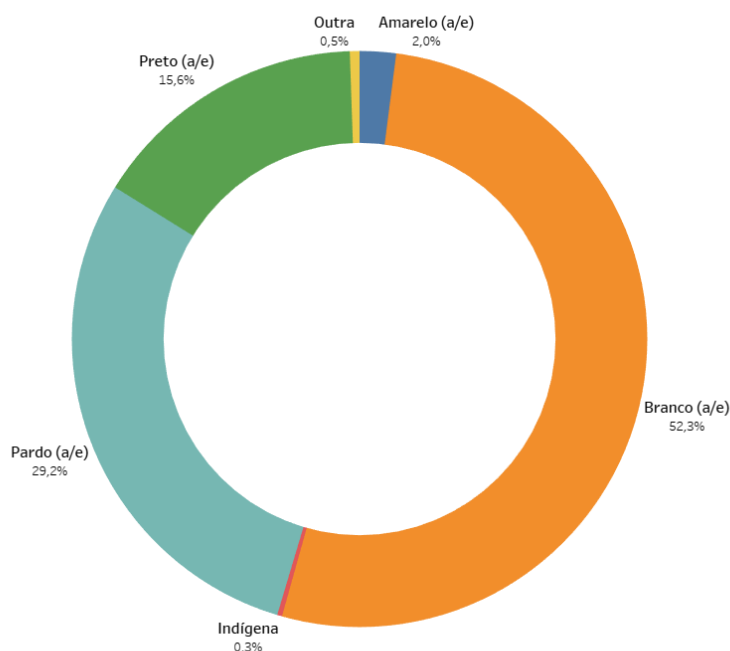
É importante destacar que todas as respostas descritas a seguir foram coletadas via questionário online, representando a autoavaliação do respondente, sem interferência de um pesquisador ou entrevistador.

Quanto à identificação de gênero, um número sensivelmente maior de respondentes se identificam com o **gênero feminino**, compreendendo **57,34%** (633 respostas) dos

respondentes; **41,58%** (458 respostas) se identificam com o **gênero masculino**, **0,54%** (6 respostas) se identificam como **não binário**, e 0,54% (6 respostas) preferiram não dizer.

Quanto à autodeclaração de raça ou cor, 52,3% (569 respostas) dos respondentes se autodeclararam brancos; 29,2% (325 respostas) como pardos; 15,6% (180 respostas) como pretos; 2% (21 respostas) como amarelos; 0,3% (3 respostas) como indígenas; e 0,45% (5 respostas) das pessoas disseram se classificar em outra raça ou cor. Esta distribuição, representada no gráfico abaixo, tem alta correlação (0,85) com a distribuição de raça e cor do Brasil, segundo a PNAD Contínua (2012 - 2019) do IBGE¹, embora a amostra revele uma concentração de respondentes brancos e uma sub-representação de respondentes pardos.

Figura 1 - Quantidade de respostas por opção de autodeclaração de raça ou cor



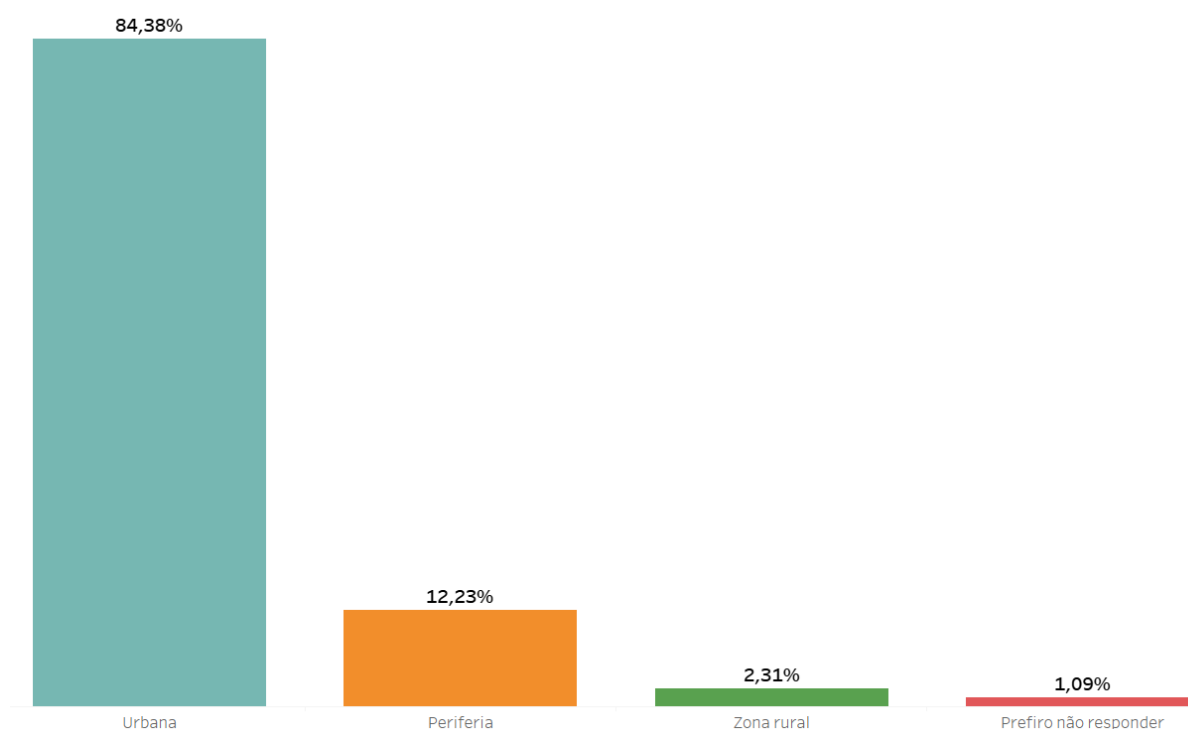
Fonte: elaboração própria

Como esperado, os respondentes estão concentrados em áreas urbanas e periféricas com 84,38% (932 respostas) e 12,23% (131 respostas) de respostas respectivamente, enquanto apenas 2,31% (27 respostas) dos respondentes disseram residir em zona rural e 1,09% (13 respostas) preferiram não responder, como mostrado no gráfico abaixo. É importante notar que a população brasileira está concentrada em áreas urbanas (PNAD, 2015), com 84,72% vivendo em zonas urbanas, percentual que aumenta ano a ano desde a década de 1980, e que as

¹ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html> (acesso em abril/2021).

respostas da pesquisa, apesar de representarem a percepção do respondente e não necessariamente a definição de zona urbana do IBGE, está próxima da representação do Brasil.

Figura 2 - Quantidade de respostas por zona de residência

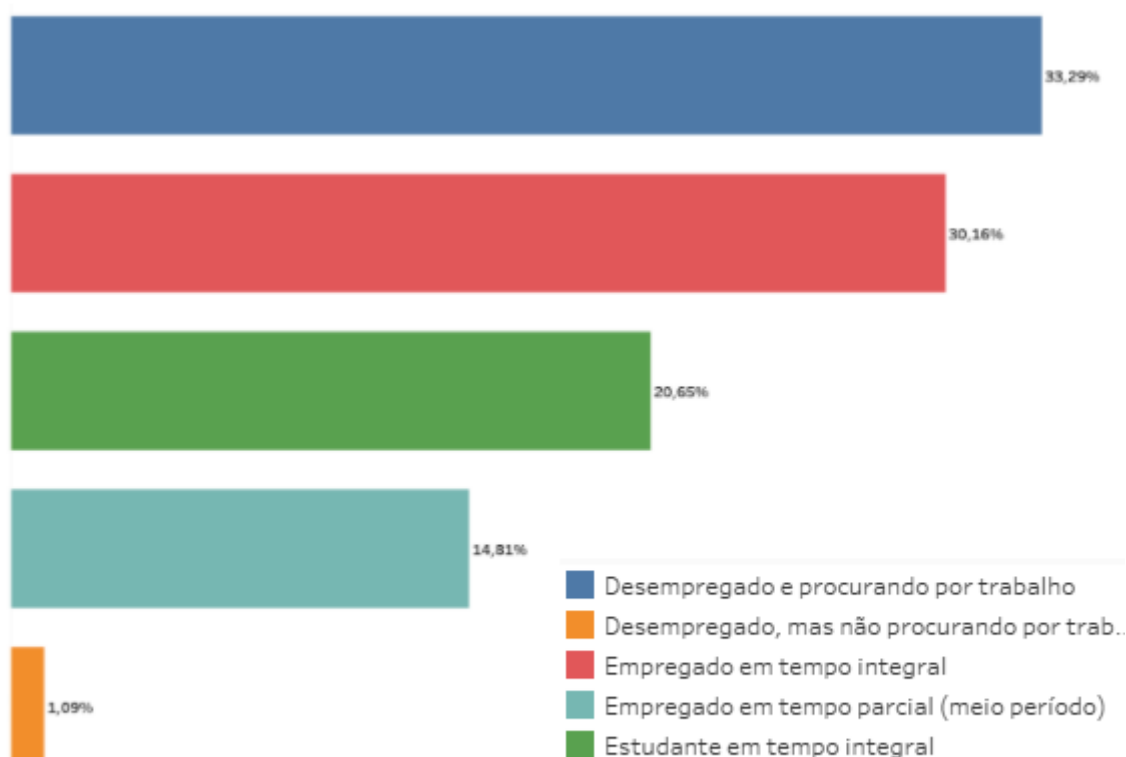


Fonte: elaboração própria.

Buscou-se entender também a situação profissional atual das pessoas. Considerando que 100% dos respondentes estão em idade para trabalhar, as respostas apontaram que: 30,16% (555 respostas) estão ocupados, isto é, “trabalham em tempo integral” (401 respostas, 35,87%) ou “trabalham em tempo parcial (meio período)” (154 respostas, 14,81%); ao passo que temos 33,29% (371 respostas) de pessoas “desempregadas e procurando por trabalho”; 20,65% (178 respostas) de “estudantes em tempo integral”, considerados fora da força de trabalho potencial; e 1,09% (14 respostas) de pessoas “desempregadas, mas não procurando por trabalho”, consideradas fora da força de trabalho².

² Foram utilizadas as definições do IBGE (2020). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> (acesso em abril/2021).

Figura 3 - Situação profissional dos respondentes



Fonte: elaboração própria.

Os detalhamentos acima caracterizam as respostas coletadas e permitem um melhor entendimento do contexto das pessoas que participaram da pesquisa. A seguir, vamos descrever as respostas obtidas em cada pilar, trazendo informações sobre o panorama nacional e reflexões oriundas dos Diálogos Locais. Vale ressaltar que nos primeiros 25 dias de pesquisa, era obrigatório responder aos 10 pilares, exigência que tinha por finalidade obter uma quantidade significativa de respostas em todos os pilares, resultando nas 665 primeiras respostas. Nos últimos 9 dias de pesquisa, flexibilizamos para que a pessoa pudesse selecionar pelo menos três pilares para responder, a fim de reduzir o tamanho da pesquisa e ter maior engajamento de respondentes, resultando nas últimas 480 respostas.

Todos os gráficos apresentados neste relatório estão disponíveis em um **dashboard** interativo, elaborado pela RealizeHub. Clique [aqui](http://davoslab.com.br/resultados/) para acessá-lo!³

³ O dashboard pode ser acessado por meio do seguinte link: <http://davoslab.com.br/resultados/>.

2. Resultados por Pilares

2.1. Trabalhos Inclusivos

Obtivemos 883 respostas às perguntas deste pilar e buscamos entender como os jovens são impactados pelo desemprego e efeitos da Covid-19.

Só na América Latina e Caribe, foram perdidos 26 milhões de empregos por conta da pandemia e 2021 teve início com um cenário de produtividade complexo, em decorrência das novas ondas de infecções e processos lentos de vacinação, trazendo mais incertezas sobre a recuperação dos mercados de trabalho⁴.

Os jovens brasileiros enfrentam uma taxa de desemprego que é o dobro da taxa média geral do País, cenário que dificulta ainda mais a inclusão produtiva de sua população em seus diversos recortes.

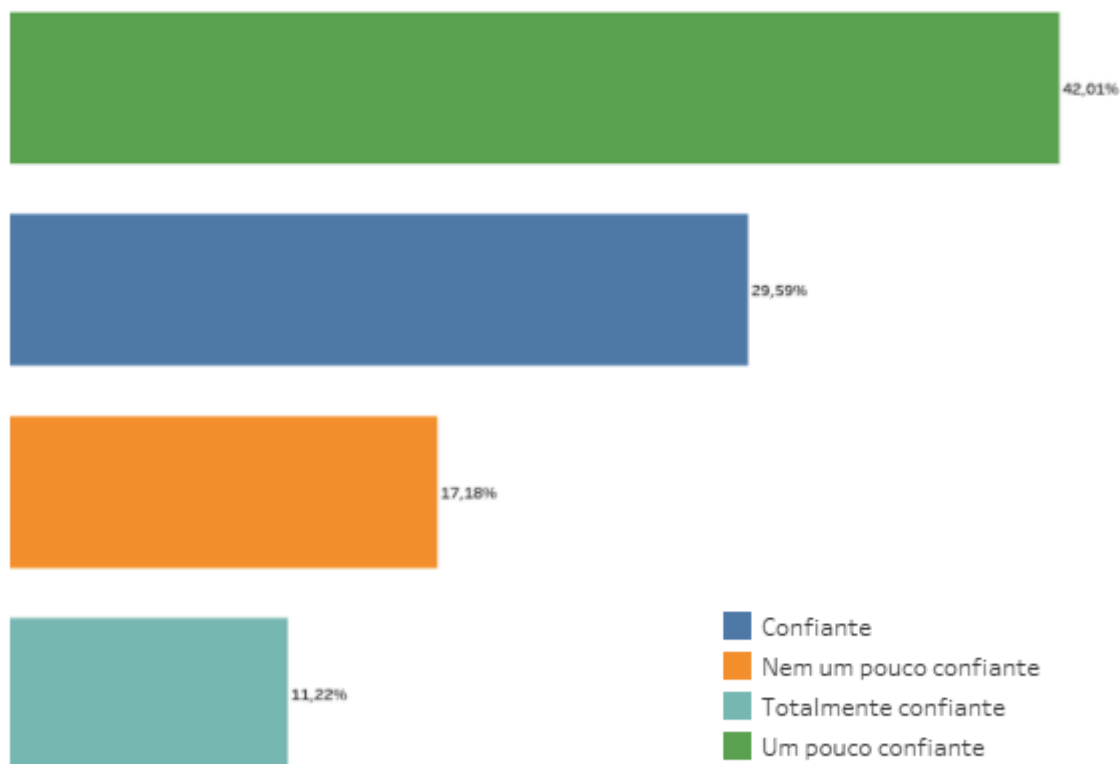
Para compreender como se enxergam diante do mercado de trabalho atual, perguntamos aos jovens o “quão confiantes estão de que suas habilidades atuais são suficientes para garantir-lhes um trabalho digno pelos próximos 5-10 anos?”, tendo em vista a seguinte escala:

- Nem um pouco confiante: minhas habilidades se tornarão obsoletas em alguns anos;
- Um pouco confiante: atualmente estou planejando continuar meus estudos ou fazer cursos adicionais fora do trabalho;
- Mais confiante: minhas habilidades são suficientes para meu trabalho atual, mas com certeza vou precisar adquirir mais ao longo da minha carreira;
- Totalmente confiante: meu conjunto de habilidades é mais do que suficiente.

A maioria dos respondentes, 42%, se descreveu como “um pouco confiante” sobre suas habilidades; 29% se descreveram como “confiantes”; 17% como “nem um pouco confiantes”; e 11% como “totalmente confiantes”.

⁴ Dados da terceira edição do Monitor OIT: Covid-19 e o mundo do trabalho da Organização Internacional do Trabalho (2020). Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_756027/lang-pt/index.htm (acesso em abril/2021).

Figura 4 - Quanto confiante você está de que suas habilidades atuais são suficientes para garantir a você um emprego digno pelos próximos 5-10 anos?



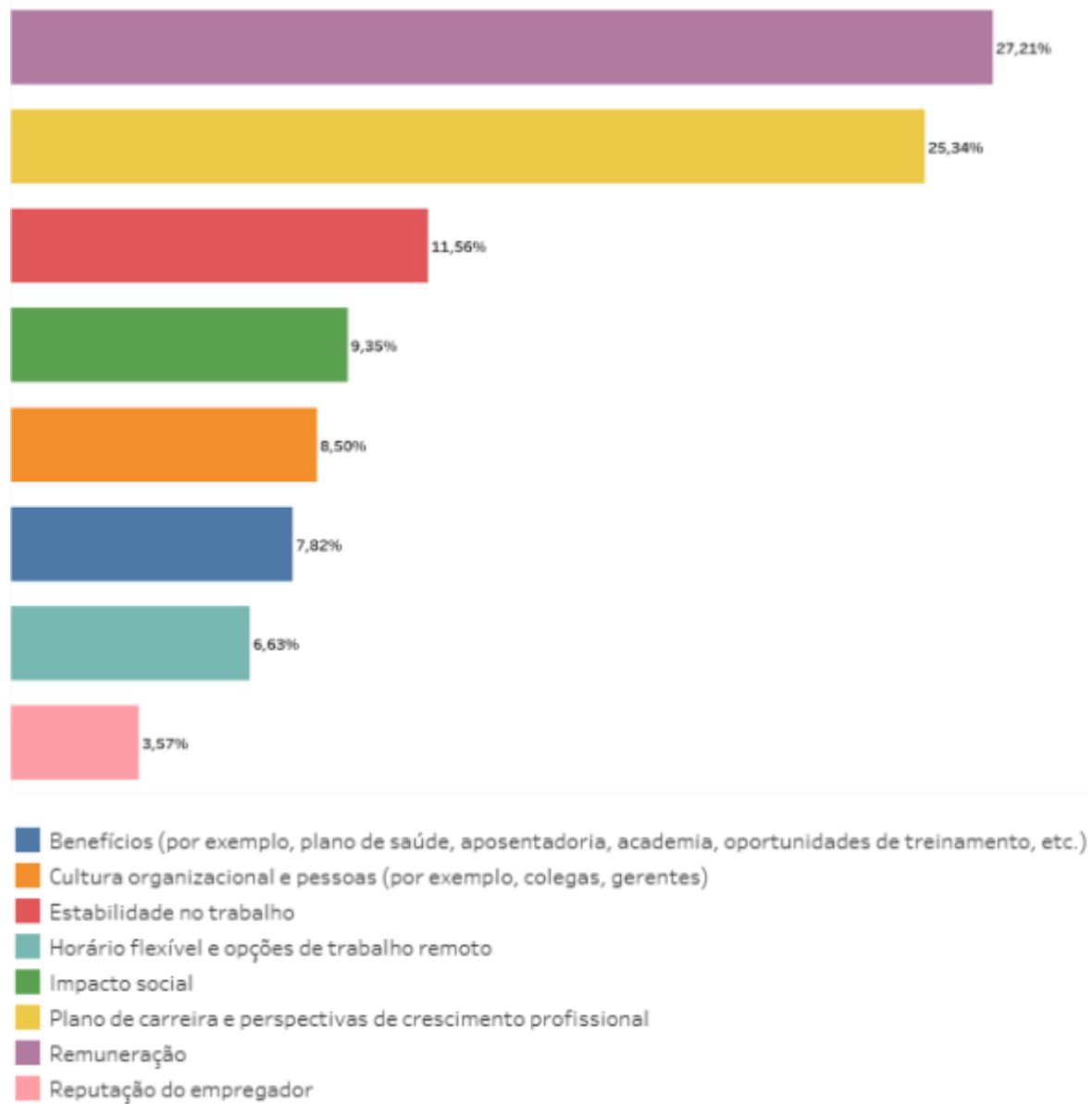
Fonte: elaboração própria.

Quando questionados sobre os fatores que influenciam suas decisões sobre a procura de um trabalho, os respondentes classificaram a Remuneração, Plano de Carreira e Perspectivas de Crescimento Profissional como os atributos que mais valorizam - com 27% e 25% das respostas, respectivamente.

Diante da volatilidade do mercado de trabalho, a estabilidade também aparece em terceiro lugar na lista de atributos, com 11% das respostas.

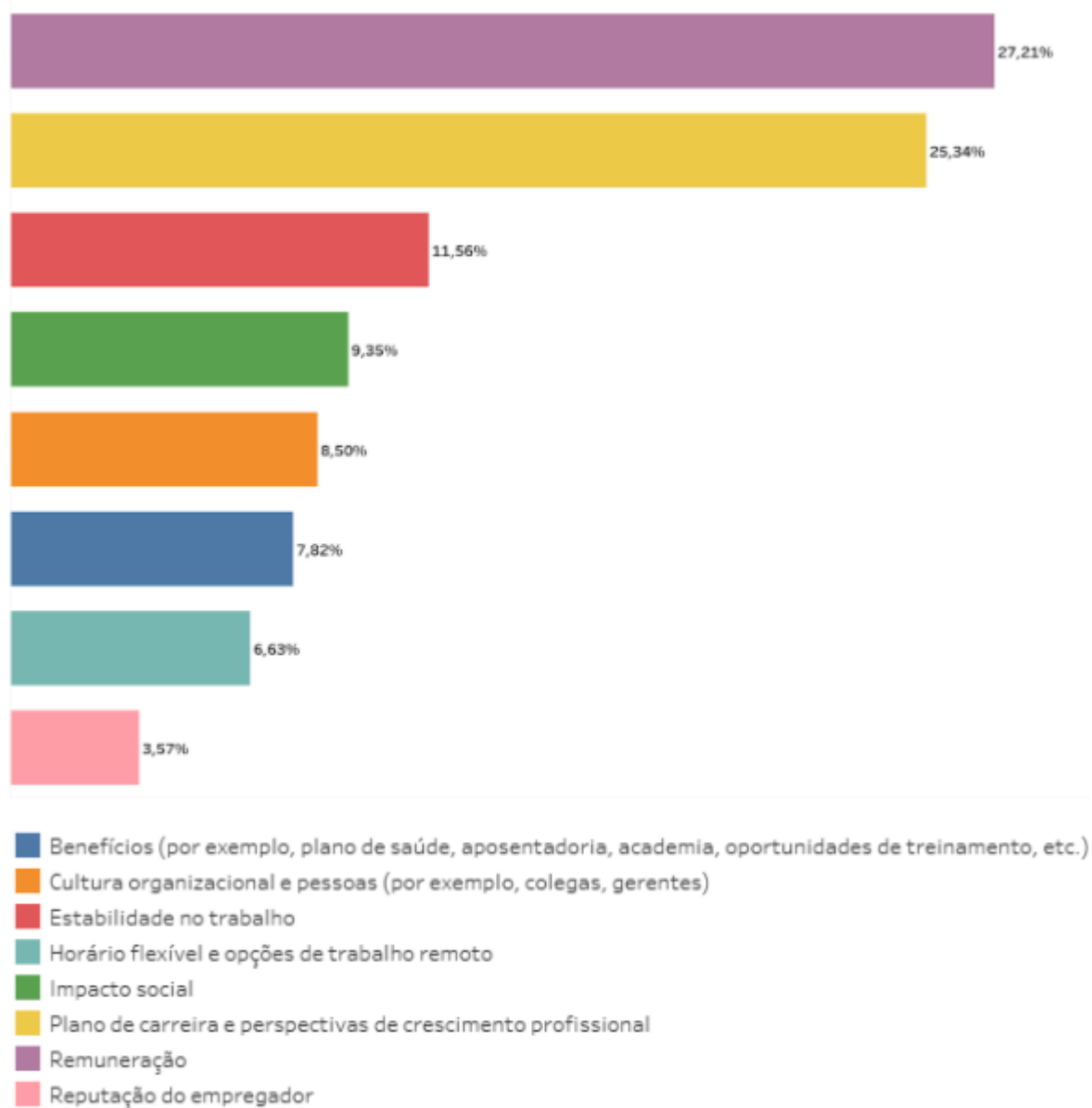
Por outro lado, os fatores considerados menos importantes nessa escolha foram a reputação do empregador; horário flexível e trabalho remoto; e os benefícios oferecidos - com 3%, 6% e 7% das respostas, respectivamente.

Figura 5 - Quantidade de pessoas que classificou como mais relevante dentre as opções para a pergunta: "Como cada um dos itens a seguir influenciam a sua escolha ao procurar um emprego?"



Fonte: elaboração própria.

Figura 6 - Quantidade de pessoas que classificou como mais relevante dentre as opções para a pergunta: "Como cada um dos itens a seguir influenciam a sua escolha ao procurar um emprego?"



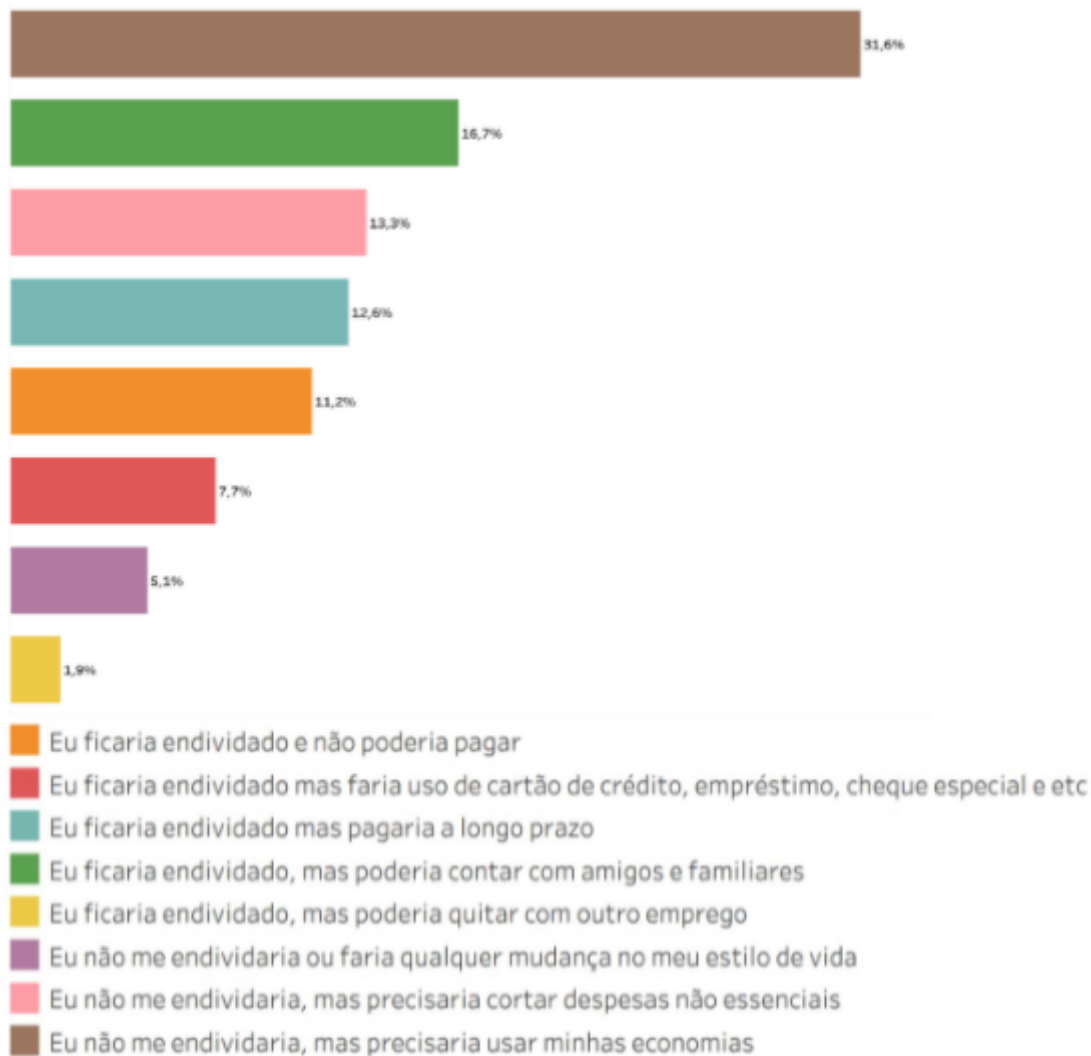
Fonte: elaboração própria.

Na última pergunta do pilar "Trabalhos Inclusivos", questionamos o que fariam os respondentes em uma situação hipotética de ter que pagar contas médicas inesperadas no valor de um mês de sua renda. Quase 45% dos respondentes disseram que não se endividariam, mas que precisariam usar suas economias ou cortar despesas não essenciais.

Outros 50% disseram que ficariam endividados, e, entre esses, parte teria que contar com a ajuda de amigos ou familiares; pagariam a longo prazo; fariam uso de cartões de

créditos; empréstimos e cheque especial; ou teriam que buscar outro emprego para quitar a dívida. Apenas 5% não teriam que fazer qualquer mudança em seu estilo de vida.

Figura 7 - Quantidade de pessoas que escolheram a opção para a pergunta: "Se você tivesse que pagar contas médicas inesperadas no valor de um mês de sua renda, o que você faria?"



Fonte: elaboração própria.

2.1.2 Trabalhos Inclusivos: Desafios e Oportunidades

Embora jovens brasileiros representem quase um terço da população economicamente ativa no País⁵, cerca de 29% daqueles com entre 24 e 29 anos estão desocupados⁶. Ainda, 5 em cada dez jovens declararam perda ou diminuição de renda durante a pandemia⁷. Este cenário corrobora com a preocupação demonstrada pelos respondentes da pesquisa quanto à confiança em suas habilidades e situação financeira diante de um imprevisto.

Outro risco iminente é a exclusão de jovens do mercado de trabalho, evasão universitária e o aumento consequente dos jovens chamados “sem-sem” (sem estudo e sem trabalho)⁸.

Embora a pesquisa aponte que a maioria dos jovens deseja continuar seus estudos, fazer cursos adicionais e adquirir mais habilidades ao longo da carreira, há o desafio de viabilizar o acesso igualitário à educação e meios digitais para jovens de todas as origens e perfis sociodemográficos.

Considerando a preocupação dos jovens com a remuneração e crescimento profissional, a atividade empreendedora e o trabalho freelancer também se tornam uma alternativa para driblar a escassez de oportunidades – haja vista o número recorde de novos microempreendedores registrados em 2020⁹, totalizando 11 milhões.

Há oportunidades para governos, instituições educacionais e iniciativa privada se mobilizarem a favor da inclusão produtiva do jovem – via programas de inclusão, transição para o primeiro emprego, apoio a empreendedores qualificação^{10 11}, por exemplo.

⁵ IPEA. Ipea e OIT avaliam o impacto da pandemia sobre jovens no mercado de trabalho do Brasil. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36998&Itemid=9 (acesso em abril/2021).

⁶ IPEA. Estudo do Ipea mostra qual impacto da pandemia foi maior para trabalhadores jovens e menos escolarizados. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37769&catid=3&Itemid=3 (acesso em abril/2021).

⁷ CONJUVÉ. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, Pesquisa do Conselho Nacional da Juventude. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2020.

⁸ OLIVEIRA, Elida. Nº de alunos que abandonam faculdade deve subir após a pandemia, e setores poderão enfrentar falta de mão de obra. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/13/no-de-alunos-que-abandonam-faculdade-deve-subir-apos-a-pandemia-e-setores-poderao-enfrentar-falta-de-mao-de-obra.ghtml> (acesso em maio/2021).

⁹ CORRÁ, Daniel. Número de novos microempreendedores individuais bate recorde no Brasil em 2020. CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/01/06/numero-de-novos-microempreendedores-individuais-bate-recorde-em-2020> (acesso em maio/2021).

¹⁰ CORSEUIL, Carlos Henrique L.; FOGUEL, Miguel; TOMELIN, Leon Faceira. Uma Avaliação de Impacto de um Programa de Qualificação Profissional na Empresa sobre a Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal. Brasília: Ipea, 2017.

¹¹ International Labor Organization. Global Employment Trends for Youth 2020. Genebra: ILO, 2020.

2.1.3 Trabalhos Inclusivos: Ideias e Soluções

A Pesquisa e os Diálogos Locais revelam que um planejamento priorizando a retomada econômica e a inclusão produtiva da juventude devem abarcar as novas qualificações desejáveis para o mercado de trabalho e considerar as necessidades e aspirações dos jovens das gerações atuais e futuras. Muitos dos diálogos na frente de empregos inclusivos, como em Brasília, Curitiba e Rio de Janeiro, salientaram a importância de treinar jovens para aptidões comportamentais e técnicas para uma nova configuração da força de trabalho.

Se por um lado os sistemas educacionais vigentes e a indústria 4.0 fazem com que habilidades tornem-se obsoletas mais rapidamente, o que é reforçado pelo índice de confiança mostrado pela pesquisa, um caminho apontado pelos Diálogos foi a requalificação em massa ao longo do ciclo de vida dos cidadãos.

Outras soluções urgentes apontadas para o cenário de crise são ações afirmativas para a inserção e recolocação de grupos vulneráveis no mercado de trabalho, estímulos a novos negócios e assistências a freelancers e trabalhadores informais. No âmbito privado, iniciativas corporativas de capacitação e ações afirmativas podem ser vetores de inovação e inclusão social de pessoas negras, com deficiência e periféricas, por exemplo.

Além disso, as lideranças políticas devem ser os principais fiscalizadores do cumprimento dos direitos, incentivar a mobilização coletiva e ter a diversidade como base para todas essas transformações.

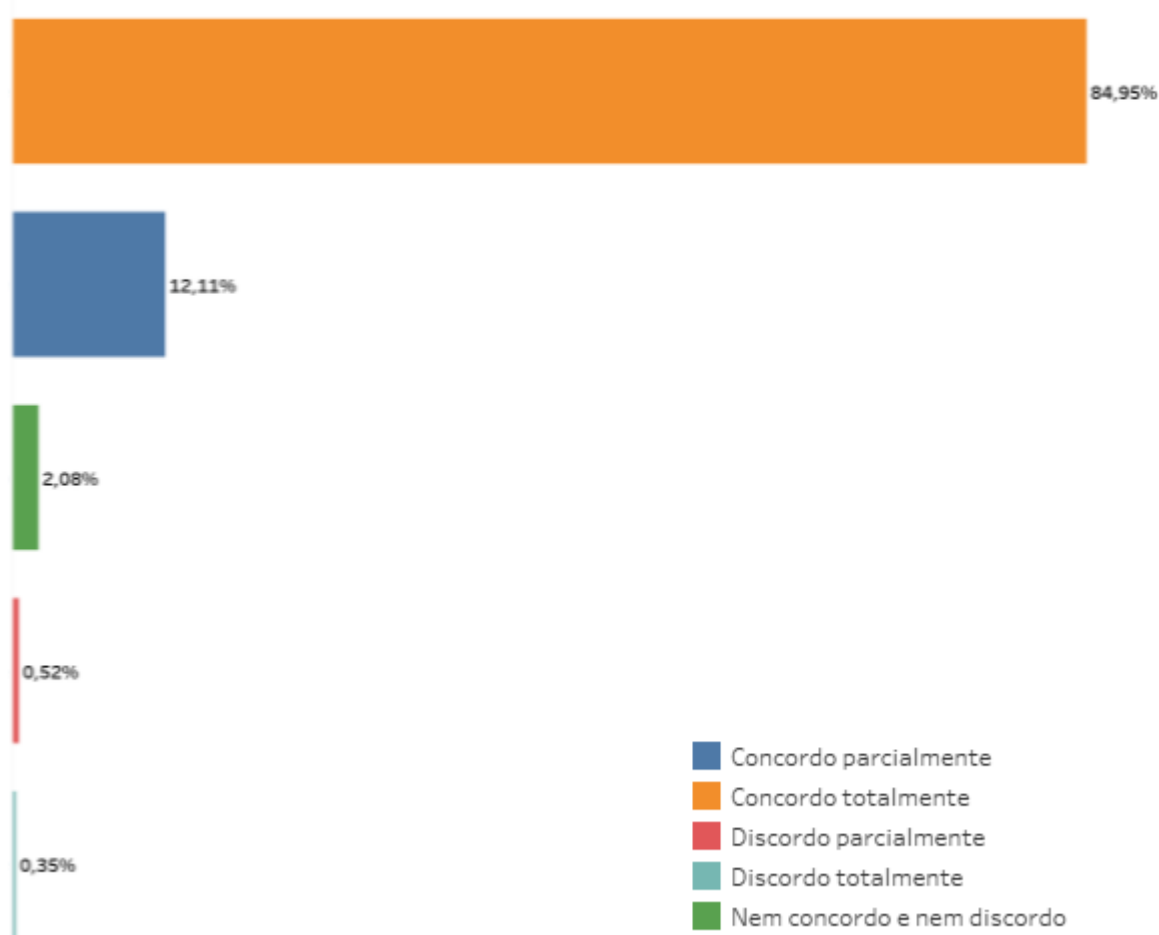
2.2. Responsabilidade e Ética Social

Neste pilar, obtivemos um total de 872 respostas e buscamos entender como os jovens entendem a atuação das organizações no que se refere à responsabilidade e impacto social, partindo do pressuposto de que o crescimento econômico está cada vez mais alinhado com o crescimento ético das instituições.

A pesquisa adota como premissa que investidores, tomadores de decisão e consumidores devem ser movidos por valores, além de objetivos econômicos, e, portanto, boas práticas e padrões são essenciais para reconhecer, priorizar e medir a criação de valor com maior transparência, prestação de contas e responsabilidade.

Assim, questionamos os respondentes sobre o grau de concordância com a seguinte afirmação: "Todas as organizações do setor privado (não apenas as empresas públicas) devem ser responsabilizadas por seus padrões de ética sociais, ambientais, de governança e de tecnologia". Dentre os respondentes, 84,95% disseram concordar totalmente.

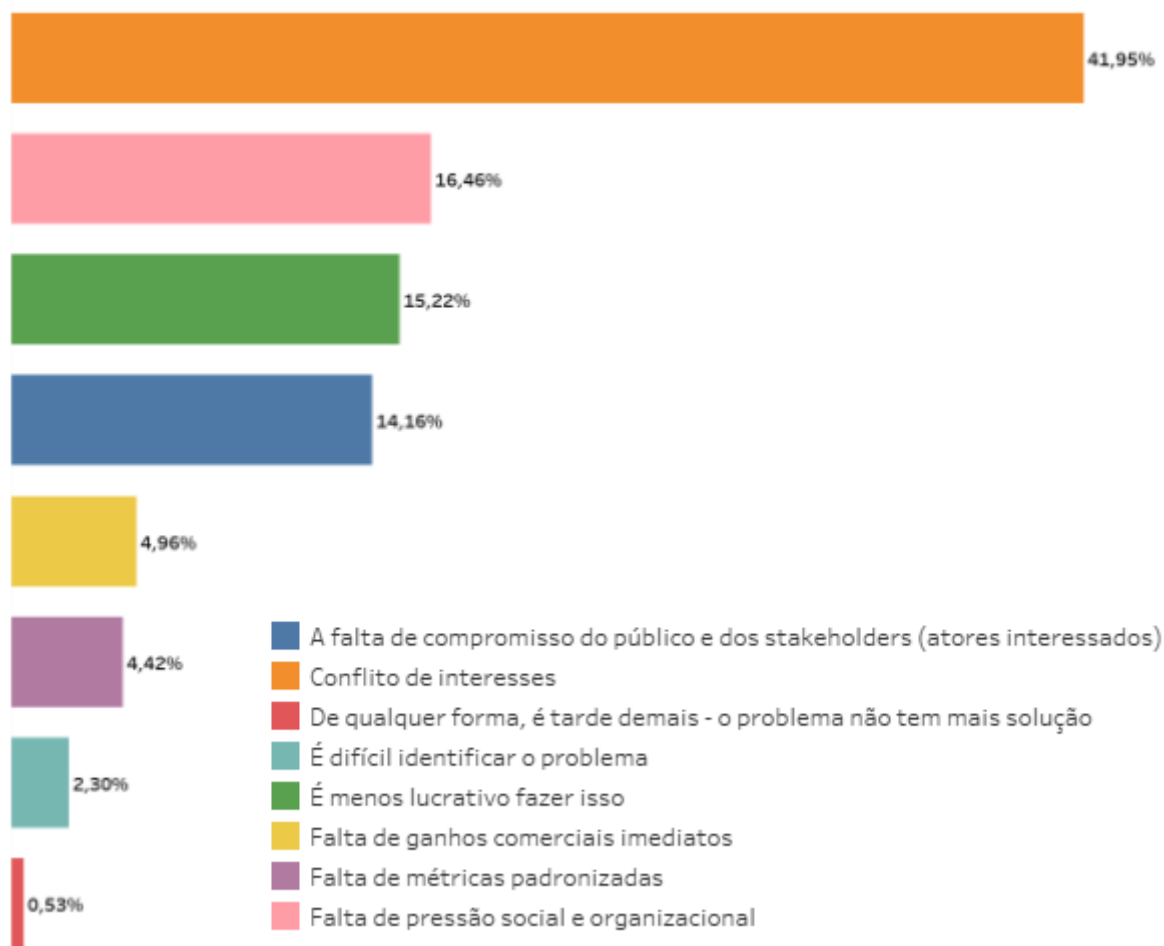
Figura 8 - O que você pensa sobre a afirmação a seguir? "Todas as organizações do setor privado (não apenas as empresas públicas) devem ser responsabilizadas por seus padrões de ética sociais, ambientais, de governança e de tecnologia."



Fonte: elaboração própria.

Depois, questionamos os respondentes sobre as principais barreiras para responsabilizar as organizações do setor privado por padrões de ética ambientais, sociais, de governança e tecnologia. A maior parte das pessoas classificou o conflito de interesses como a barreira mais significativa - com 41% das respostas -, seguida da falta de pressão social e organizacional e menor lucratividade ao adotar novos padrões de governança.

Figura 9 - Quantidade de pessoas que classificou como mais relevante dentre as opções para a pergunta: "Quais são as principais barreiras para responsabilizar as organizações do setor privado por padrões de ética ambientais, sociais, de governança e tecnologia?"

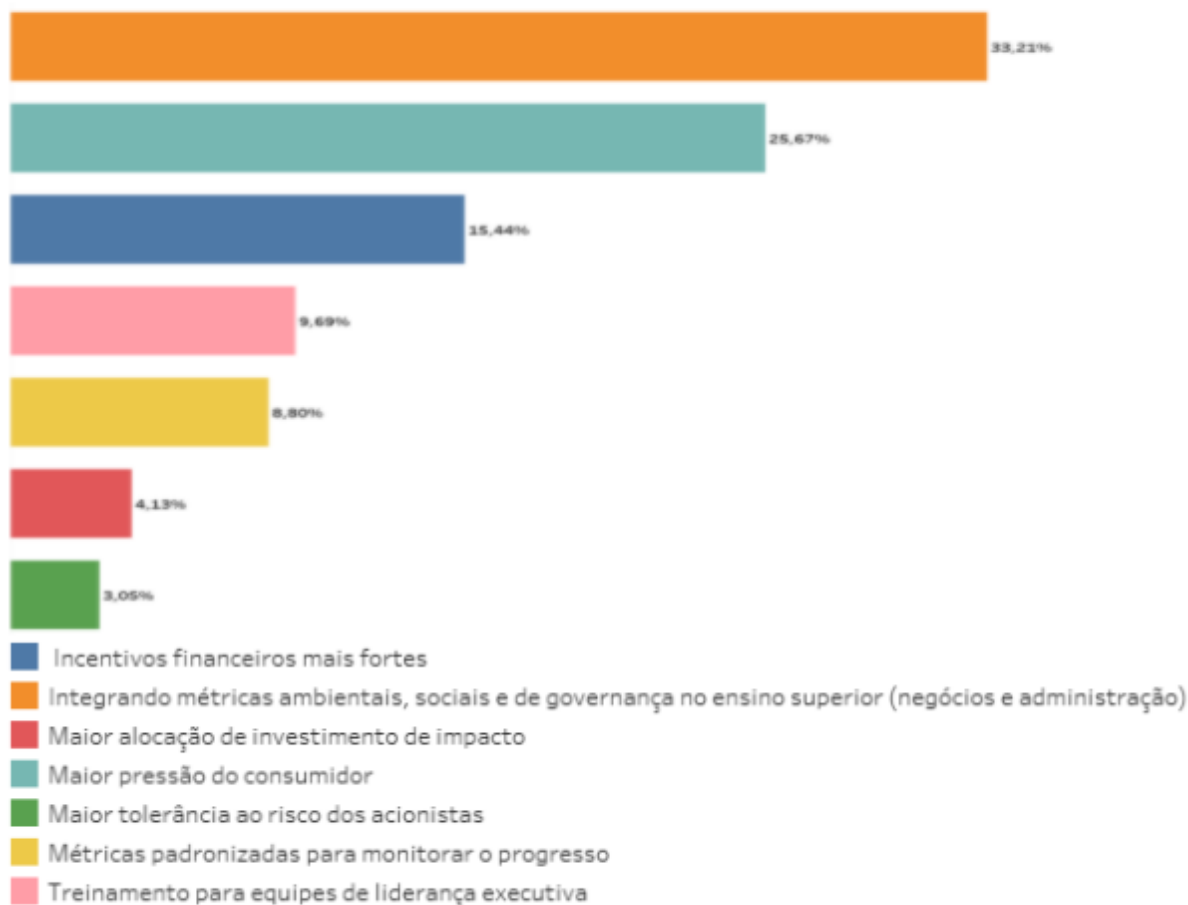


Fonte: elaboração própria.

Na última pergunta do pilar pedimos para que os respondentes classificassem, por grau de importância, quais ações a integração da ética e da geração de impacto no desenho, desenvolvimento e transparência de organizações do setor privado. A maior parte do público destacou a integração de métricas ambientais, sociais e de governança no ensino superior como a principal maneira de atingir esse objetivo. A "maior pressão do consumidor" e "incentivos financeiros mais fortes" aparecem em segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Por outro lado, a "maior tolerância ao risco por parte dos acionistas" e "alocação de investimentos de impacto" ficaram por último entre os respondentes, com menos de 5% das respostas.

Figura 10 - Quantidade de pessoas que classificou como mais relevante dentre as opções para a pergunta: “O que você acha que aumentaria a integração da ética e da geração de impacto no desenho, desenvolvimento e transparência de organizações do setor privado?”



Fonte: elaboração própria.

2.2.1. Responsabilidade e Ética Social: Desafios e Oportunidades

Com os desafios impostos pela pandemia e a crise econômica, há a percepção de que organizações precisam ressignificar a forma de fazer negócios. Nesse sentido, cresce um movimento pela consciência da pauta ESG (sigla em inglês para “Ambiental, Social e Governança”). Em estudo do Pacto Global¹², 84% dos representantes do setor empresarial no Brasil afirmaram que o interesse por essa agenda aumentou em 2020.

¹² Estudo “A evolução do ESG no Brasil 2021”. Pacto Global; Stilingue. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F150560%2F1619627473Estudo_A_Evoluo_do_ESG_no_Brasil.pdf (acesso em maio/2021).

Com base nos Diálogos Locais, porém, os riscos identificados são de que as empresas continuem focando somente no curto prazo e que as lideranças não estejam alinhadas com objetivos sustentáveis e sociais. Diante de diferentes realidades organizacionais, outro risco é que estes esforços sejam desconectados e pontuais.

Por outro lado, em São Paulo e Curitiba, participantes dos Diálogos destacaram o crescimento de ecossistemas de colaboração voltados para o impacto socioambiental positivo e a crescente atenção de investidores nessa direção. Para se ter ideia, fundos ESG captaram R\$ 2,5 bilhões em 2020 no Brasil segundo o Pacto Global.

Outra pesquisa do grupo Edelman¹³ aponta que 90% dos brasileiros acreditam que CEOs e empresas devem se manifestar ativamente sobre problemas da sociedade, comunidades onde atuam e temas como a pandemia e automação do trabalho. Ainda, 6 em cada 7 acreditam que devem atuar para resolver questões sociais junto ao Estado.

Nesse sentido, participantes dos Diálogos Locais destacaram a oportunidade de colaboração intersetorial, integrando o setor privado ao público e também à academia e terceiro setor.

2.2.2. Responsabilidade e Ética Social: Ideias e Soluções

Primeiramente, é preciso reforçar a pauta do ESG entre as organizações brasileiras. Para 23% delas, o tema do ESG foi novidade em 2020¹⁴, o que demonstra a necessidade de amadurecer a governança nesse sentido.

Para isso, governantes e organizações da sociedade civil podem trabalhar com ações de advocacy, com planejamento e estratégias claras para fomentar mecanismos e leis de incentivo para que organizações atuem nessa direção.

Já as organizações devem criar planos e metas claros para desenvolver seus valores para além de seus próprios escritórios e campanhas. Devem alocar recursos específicos e profissionais especializados para iniciativas de impacto nas organizações. Podem também cofinanciar projetos de impacto, integrando recursos humanos, financeiros e infraestrutura a outros agentes.

Ainda, considerando os avanços tecnológicos e científicos do nosso tempo e o risco da concentração de propriedade intelectual, é preciso criar mecanismos para facilitar a transferência de tecnologia e compartilhamento de conhecimento de interesse público.

Também conectar o mercado com a academia brasileira, para que a propriedade intelectual gerada em universidades seja devidamente aplicada no desenvolvimento

¹³ Idem.

¹⁴ Estudo “A evolução do ESG no Brasil 2021”. Pacto Global; Stilingue. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F150560%2F1619627473Estudo_A_Evoluo_do_ESG_no_Brasil.pdf (acesso em maio/2021).

econômico. O Estado tem a oportunidade de atuar como uma interface importante entre a academia e corporações, conectando iniciativas multi-setorialmente.

Por fim, um plano de retomada econômica com apoio das organizações deve levar em conta a manutenção de programas em várias frentes, como: compliance e governança para inibir a corrupção; gestão de resíduos e sustentabilidade; geração de empregos e capacitação para o futuro; e ações afirmativas para grupos sub-representados no mercado de trabalho.

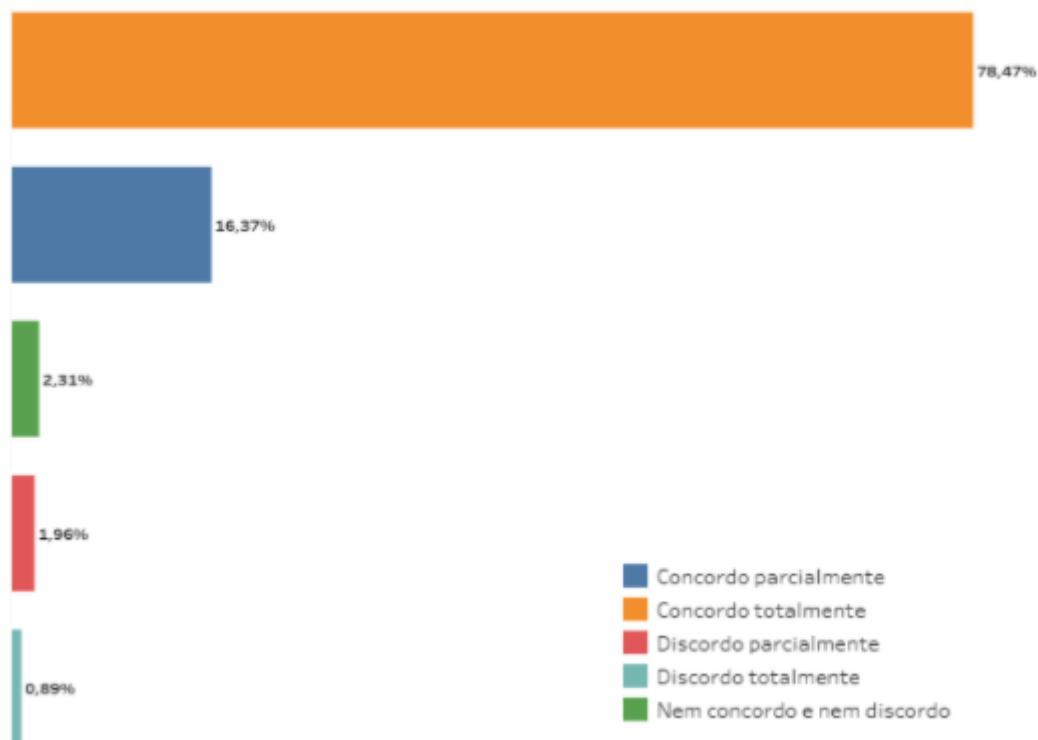
2.3. Acesso Digital

Neste pilar, obtivemos 850 respostas e buscamos entender como os jovens enxergam a democratização do meio digital nos próximos anos, já que, com o fechamento das cidades, o uso da Internet aumentou, com escolas e locais de trabalho dependendo inteiramente de interações virtuais. No entanto, essa mudança trouxe à tona disparidades de longa data. Hoje, 3,5 bilhões de pessoas vivem sem acesso à Internet¹⁵, tornando nossas comunidades e instituições muito menos resilientes a conflitos futuros e limitando as promessas transformadoras oriundas da Quarta Revolução Industrial.

Assim, começamos perguntando se o “acesso digital deve ser um direito humano básico” e a maior parte dos respondentes (78,47%) concorda totalmente com essa afirmação, enquanto que 16,37% concorda parcialmente e apenas 17 pessoas (2,85%) discordam da afirmação, sendo que 12 discordam parcialmente e 5 pessoas discordam totalmente da ideia.

¹⁵ Dados da União Internacional de Telecomunicações. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1693711#:~:text=Atualmente%2C%204%2C1%20bilh%C3%B5es%20de.continuam%20exclu%C3%ADdas%20da%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20online>. (acesso em abril/2021).

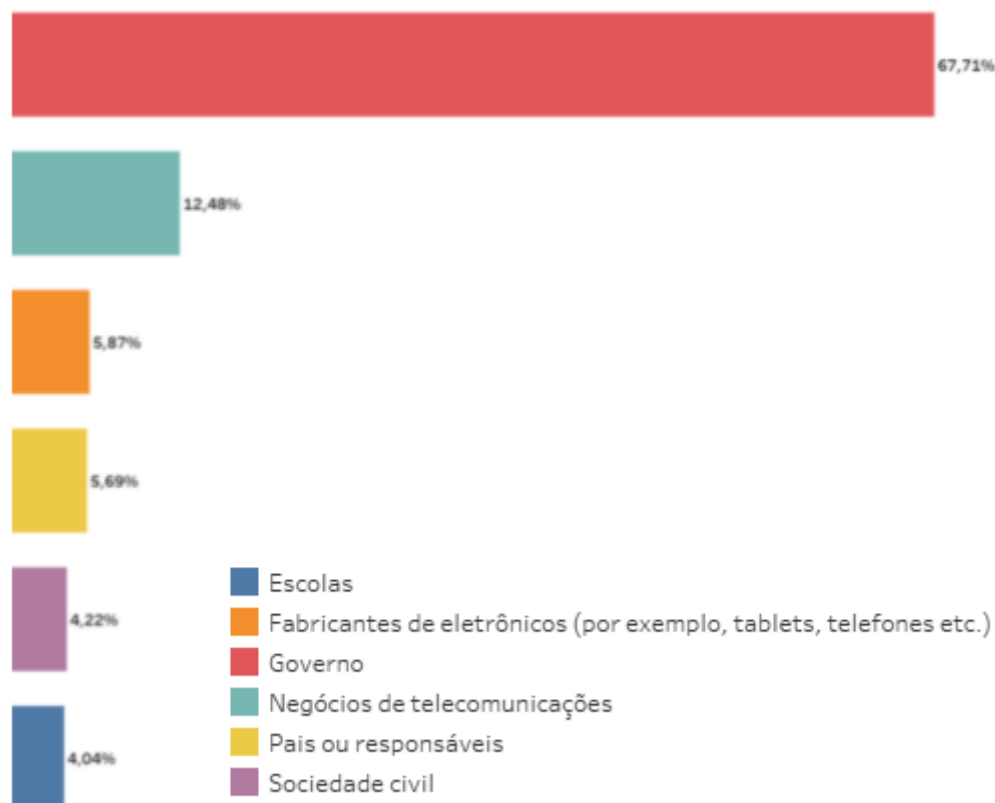
Figura 11 - Quantidade de respostas para a pergunta: "O acesso digital deve ser um direito humano básico?"



Fonte: elaboração própria.

Para concluir o pilar, perguntamos "Quais stakeholders são os parceiros mais importantes para melhorar o acesso digital?", e 67,71% dos respondentes classificaram o Governo como mais relevante, enquanto Escolas e Sociedade Civil foram escolhidas como mais importantes pelo menor número de pessoas, como ilustra o gráfico abaixo.

Figura 12 - Quantidade de pessoas que classificou como mais relevante dentre as opções para a pergunta: "Quais stakeholders são os parceiros mais importantes para melhorar o acesso digital?"



Fonte: elaboração própria.

2.3.1. Acesso Digital: Desafios e Oportunidades

Nos últimos vinte anos, o mundo testemunhou a expansão massiva da Internet. Em 2011, as Nações Unidas declararam a Internet um direito humano e a Meta de Desenvolvimento Sustentável n. 9 (Infraestrutura Resiliente, Industrialização Sustentável e Inovação) inclui o fornecimento de acesso universal e acessível à rede mundial de computadores como um de seus objetivos. A redução da exclusão digital também é considerada um fator determinante para o desenvolvimento de qualquer país e sua inserção na economia global, especialmente em um mundo pós-Covid. O estudo de 2018 da UIT sobre o impacto econômico da penetração da banda larga observou que, em países de renda média, um aumento de dez por cento em sua expansão resultaria em um crescimento de 1,8 por cento no PIB¹⁶.

No entanto, embora seja amplamente reconhecida sua importância internacionalmente, o Brasil ainda está longe de alcançar a meta de conectividade universal

¹⁶ ITU - International Telecommunications Union. The economic contribution of broadband, digitization and ICT regulation: ITU Publications, 2018.

devido a desafios regulatórios e econômicos. Pesquisa realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação aponta que apenas 71% dos domicílios brasileiros possuem acesso à Internet¹⁷, sendo a maior parte localizada em áreas urbanas. As populações rurais e habitantes de áreas remotas permanecem sistematicamente excluídas do acesso à Internet.

As razões para a exclusão digital no Brasil são diversas, mas todas têm uma profunda conexão com as desigualdades existentes no país e as ausências e ineficiências das atuais políticas públicas de acesso. Existe uma relação direta entre desigualdade econômica e lacunas de conectividade, pois os altos custos de assinatura do serviço são a razão pela qual 59% dos domicílios desconectados permanecem sem acesso¹⁸. Outro levantamento do IPEA¹⁹ mostra que há cerca de seis milhões de estudantes, desde a pré-escola até a pós-graduação, que não têm acesso à internet banda larga ou 3G/4G em casa – sendo a maioria de instituições públicas.

Existe também uma relação direta entre a desigualdade racial e as desigualdades de acesso à Internet. Uma pesquisa do Conjuve mostra que, enquanto 78% dos jovens brancos tiveram acesso à internet pelo computador ou Notebook durante a pandemia, apenas 54% dos pretos e pardos responderam o mesmo²⁰. Tais limitações não são novas, mas podem se agravar à medida que a transformação digital acelerada pela pandemia impõe a digitalização de serviços básicos complexos, desde o ensino até serviços bancários.

Essas desigualdades inserem-se em um contexto de baixa concorrência no setor, de alta carga tributária e altos custos de implantação de infraestrutura. As telecomunicações dependem de uma cadeia de infraestrutura que envolve recursos nacionais e transnacionais, passando pela alocação de espectro, *backbones*, *backhaul* e instalações de engenharia. Os custos de entrada no mercado são altos, o que desestimula a expansão e a competição. No Brasil, poucas empresas controlam quase todo o mercado de banda larga²¹ e essa concentração é considerada um fator importante que contribui para as baixas taxas de conectividade.

A regulamentação brasileira é excessivamente estruturada em torno das grandes operadoras de telecomunicações como os principais atores para a promoção da universalização do acesso à Internet. Essas grandes empresas de telecomunicações, no entanto, demonstram pouco interesse comercial em investir na expansão para áreas rurais e remotas devido aos altos custos e retorno econômico limitado. Dado esse cenário, provedores

¹⁷ CETIC.br - Regional Center for Studies on the Development of the Information Society (CETIC.br): TIC Domicílios, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pesquisa/domicilios/> (acesso em junho/2021).

¹⁸ Idem.

¹⁹ ARAÚJO, Ana Lídia. Cerca de seis milhões de alunos brasileiros não têm acesso à internet. Correio Braziliense. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2020/09/4873174-cerca-de-seis-milhoes-de-alunos-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet.html> (acesso em junho/2021).

²⁰ CONJUVE. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, Pesquisa do Conselho Nacional da Juventude. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2020.

²¹ ANATEL. (2020). Anatel - Banda Larga Fixa. Anatel - Banda Larga Fixa. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa> (acesso em junho/2021).

de Internet de pequeno e médio porte atualmente representam um importante complemento dessa infraestrutura das grandes corporações que não chega a todo o país e acabam por ser os responsáveis por expandir a banda larga para municípios rurais, de baixa densidade e difícil acesso. No entanto, os altos custos de implantação de infraestrutura e alocação de espectro são barreiras para a entrada no mercado e a sustentabilidade econômica desses atores de pequeno e médio porte, ainda que tenham uma participação significativa na expansão do acesso no Brasil.

Há também uma carga tributária significativa sobre as telecomunicações e a maior parte da receita não retorna para o setor na forma de investimento governamental. O Brasil possui um fundo de acesso universal para telecomunicações, mas existem lacunas na sua utilização para expansão da banda larga²², o que limita a existência de projetos voltados para a redução das barreiras de acesso.

Isso não apenas destaca os atuais desafios regulatórios do Brasil quando se trata de acesso à Internet, mas também representa uma oportunidade de renovação do arcabouço regulatório e criação de políticas públicas em torno das telecomunicações para criar assimetrias regulatórias e incentivos econômicos para a expansão da infraestrutura e fornecimento de oportunidades de entrada para atores de pequeno e médio porte em um mercado altamente concentrado.

Existem inúmeros ganhos econômicos que derivam da expansão do acesso à Internet no país, especialmente num mundo pós-Covid. A pandemia mostrou como uma emergência pode durar mais do que o planejado, de forma que combater a exclusão digital inclui formulação de políticas e medidas regulatórias duradouras, sendo essencial investir em ações sustentáveis e de longo prazo, levando em consideração uma abordagem baseada nos direitos humanos e na redução das desigualdades.

2.3.2. Acesso Digital: Ideias e Soluções

Nossa pesquisa mostra que jovens brasileiros depositam sua expectativa principalmente no governo para garantir a acessibilidade digital, e, portanto, um dos caminhos para isso é a promoção de modelos regulatórios inclusivos e a criação de políticas públicas que promovam a expansão do acesso.

Entre essas medidas, pode-se citar a criação de arcabouços regulatórios que incentivem iniciativas locais e de pequeno porte, de forma a promover acesso facilitado ao espectro e compartilhamento de infraestrutura para pequenos provedores de Internet com recursos limitados.

Além disso, é necessário transformar as formas de alocação de recursos para os serviços de telecomunicações e expandir o uso dos fundos de serviço universal para incorporar

²² MARQUES NETO, Flávio de Azevedo. Entre a legalidade e o “puxadinho”: a universalização da banda larga no Brasil (2010). Acesso em: <http://bdjur.tjdft.jus.br/xmlui/handle/123456789/6117> (acesso em junho/2021).

projetos ligados à redução das desigualdades de acesso à banda larga. Isso inclui, para além do fomento às iniciativas de pequeno e médio porte já citadas, o uso de recursos para a promoção de projetos destinados a grupos minoritários como mulheres, idosos, indígenas e estudantes de baixa renda.

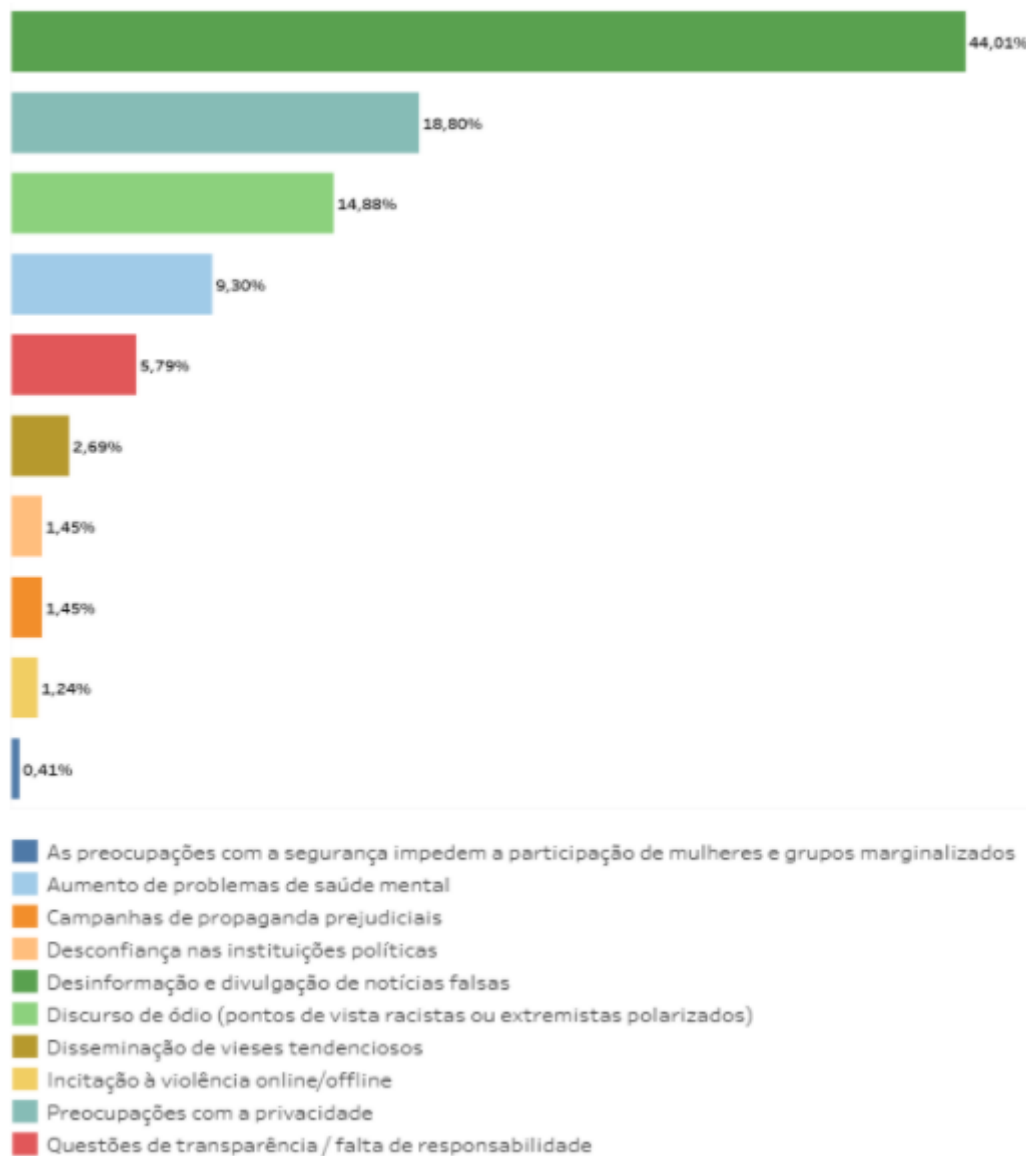
2.4. Letramento Digital

Já neste pilar obtivemos 677 respostas e buscamos entender como os jovens entendem o uso das ferramentas digitais para obter e passar informações importantes, sabendo que mais da metade da população mundial está on-line²³ e as plataformas digitais e outras mídias sociais estão transformando fundamentalmente as interações humanas. Assim, embora ofereçam aos usuários a chance de se conectar com outras pessoas como nunca antes, elas exigem habilidades de alfabetização digital para decifrar fatos da ficção, desenvolver visões informadas e não serem vítimas de polarização de conteúdo.

Para começar, quando perguntados “quais são as maiores desvantagens das mídias sociais, seja para reguladores ou para usuários no Brasil?”, a maior parte das pessoas classificou como a maior desvantagem “Desinformação e divulgação de notícias falsas”, seguida de “Preocupações com a privacidade”, como aponta o gráfico abaixo.

²³ Dados do Digital 2020 July Global Statshot, relatório elaborado pela We Are Social, em parceria com o Hootsuite. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-july-global-statshot> (acesso em junho/2021).

Figura 13 - Quantidade de pessoas que classificou como a maior desvantagem dentre as opções para a pergunta: "Quais são as maiores desvantagens das mídias sociais, seja para reguladores ou para usuários em seu país / região?"

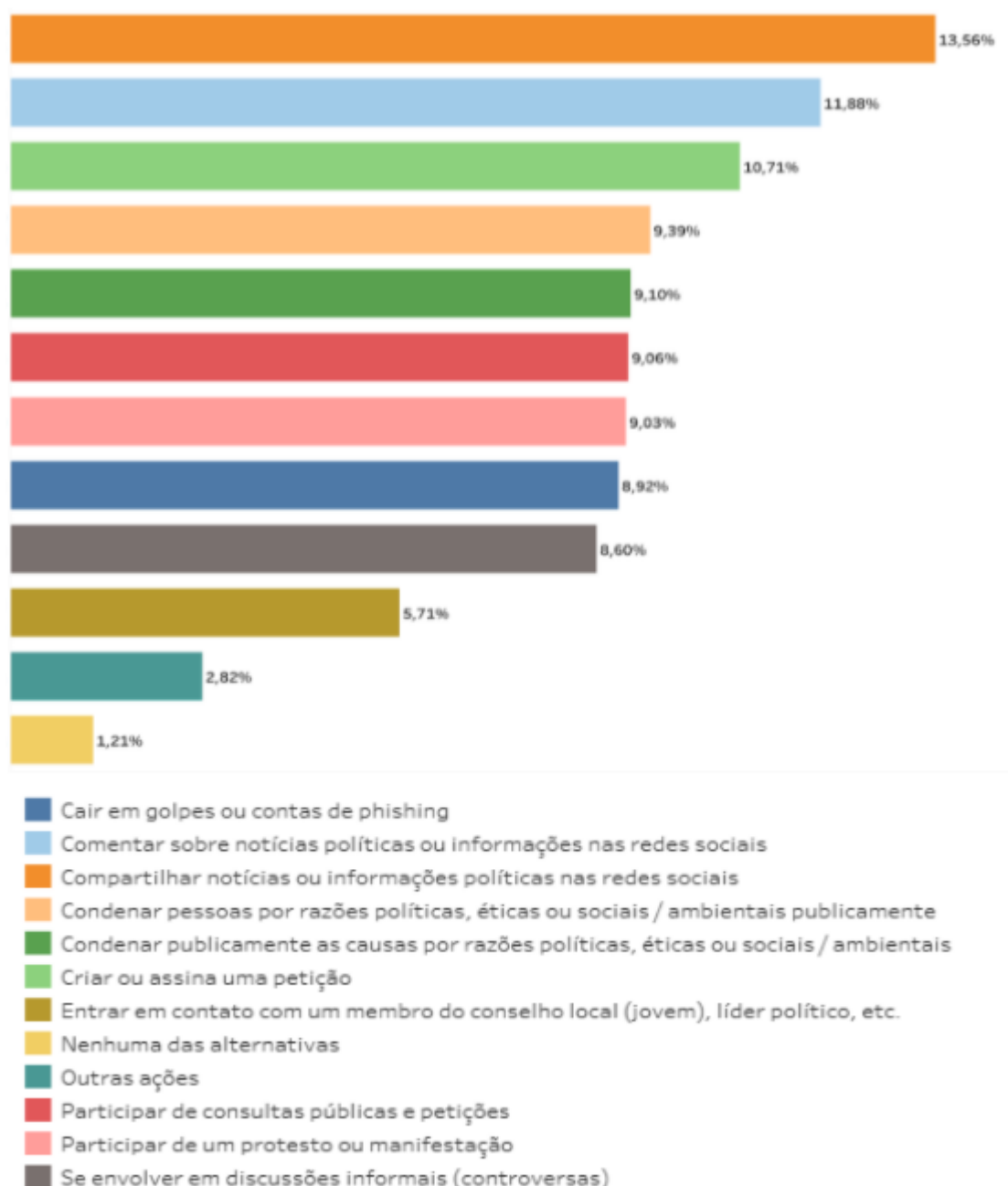


Fonte: elaboração própria.

Depois pedimos para selecionarem "as ações que você realiza, se houver, antes de verificar a autenticidade das postagens/contas influentes nas redes sociais". A maioria elencou as ações de compartilhar e comentar notícias ou informações políticas nas redes sociais, seguido de criar ou assinar petições. Em segundo lugar, com percentual semelhante, os que coordenam pessoas e participam de protestos e manifestações em prol de uma temática ou posicionamento, se envolvem em discussões informais, caem em golpes e condenam

publicamente causas por razões éticas, políticas e sociais/ambientais. Enquanto que 18,34% das pessoas dizem tomar outros tipos de atitudes, como ilustra o gráfico abaixo.

Figura 14 - Quantidade de pessoas que classificou como a maior desvantagem dentre as opções para a pergunta: "Selecione as ações que você realiza, se houver, antes de verificar a autenticidade das postagens/contas influentes nas redes sociais"



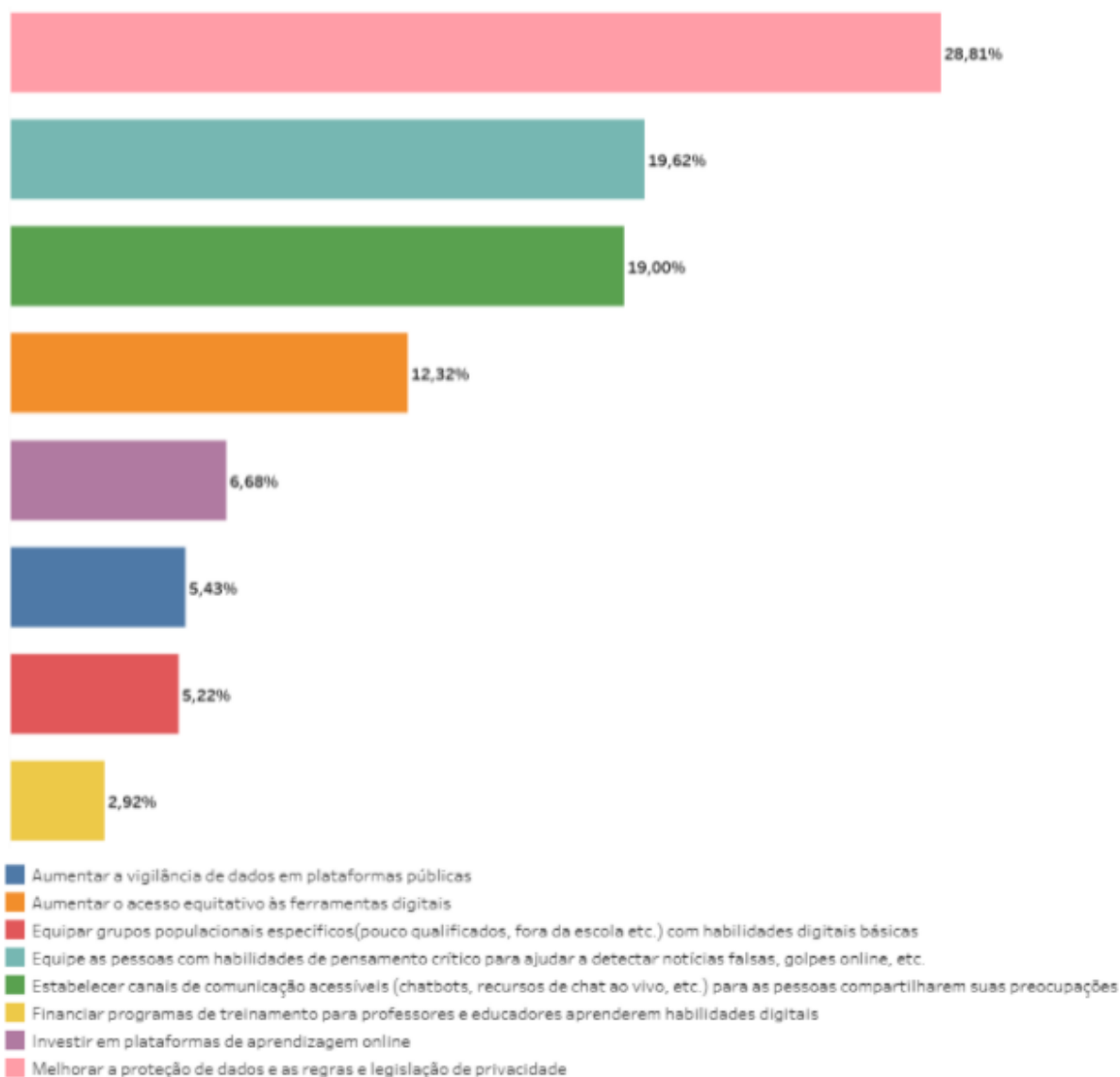
Fonte: elaboração própria.

Por último, pedimos para classificarem "as formas mais eficazes para ajudar os usuários a se comunicarem e colaborarem" e aquela que teve maior número de votantes foi "Melhorar a

proteção de dados e as regras e legislação de privacidade” seguida de outras 3 opções, com números parecidos de respondentes:

- Estabelecer canais de comunicação acessíveis (chatbots, recursos de chat ao vivo, etc.) para as pessoas compartilharem suas preocupações;
- Equipe as pessoas com habilidades de pensamento crítico para ajudar a detectar notícias falsas, golpes online, etc.;
- Aumentar o acesso equitativo às ferramentas digitais.

Figura 15 - Quantidade de pessoas que classificou como a mais relevante dentre as opções para a pergunta: “Quais são algumas das formas mais poderosas de governança digital (ou seja, regras sobre curadoria de conteúdo) que podem ajudar os usuários a se comunicarem e colaborarem de forma mais eficaz?”



Fonte: elaboração própria.

2.4.2. Letramento Digital: Desafios e Oportunidades

A essência dos novos letramentos e dos letramentos digitais é tornar o indivíduo plenamente participante, um cidadão apto a aproveitar e criar oportunidades no mundo atual, estabelecendo novas formas de comunicação e ocupando espaços digitais. Tais modalidades, por sua vez, demandam novos aprendizados, habilidades e competências.

Esse tema ganhou bastante relevância nas últimas décadas, marcadas por rápidas e profundas mudanças tecnológicas. Porém, a pandemia de Covid-19 acelerou o processo de transformação. O e-commerce brasileiro, por exemplo, cresceu cerca de 75% em 2020²⁴.

Diante dessa nova realidade, é preciso de novas estratégias de engajamento de comunicação e utilização de ferramentas de aprendizado, sobretudo com crianças e adolescentes, pois isso irá auxiliá-los nesse processo de letramento digital, ajudando-os a lidar com essas transformações e a como se posicionar diante dos novos desafios que surgem (Diálogo Local, Fortaleza).

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13709/2018) reflete esse processo de mudança na sociedade, e é muito interessante discutir a intenção que existe por trás da promulgação desta lei, onde se percebe a inovação e uma mudança de cultura que a legislação traz ao colocar o titular como centro dos dados do controle das suas informações (Diálogo Local, Fortaleza).

2.4.2. Letramento Digital: Ideias e Soluções

Reforçar os aspectos relacionados à segurança de dados é importante, pois é parte de uma série de medidas necessárias para a recuperação da confiança nas redes. Ao se sentir seguro nos ambientes digitais, o usuário tende a explorar mais as ferramentas que eles oferecem e a trabalhar melhor as informações. Para tanto, é preciso que haja transparência sobre como seus dados são coletados e tratados, bem como sejam adotadas boas práticas de cibersegurança (Diálogo Local, Fortaleza).

Um meio para igualar as oportunidades e apresentar novas aspirações aos usuários é diminuir a brecha digital. Durante o Diálogo Davos Lab de Recife sobre Inclusão Digital, discutiu-se como o letramento digital deveria ser uma disciplina fixa na grade escolar. As instituições de educação pública podem atuar como agentes importantes para orientar sobre o uso de recursos tecnológicos, principalmente entre crianças e jovens.

Nesse sentido, um projeto modelo é o [“Educadores em Direitos Humanos Digitais”](#), desenvolvido pelo Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI) da FGV Direito SP, em parceria com o Nic.br. O projeto resultou em uma série de videoaulas (online e gratuitas) sobre

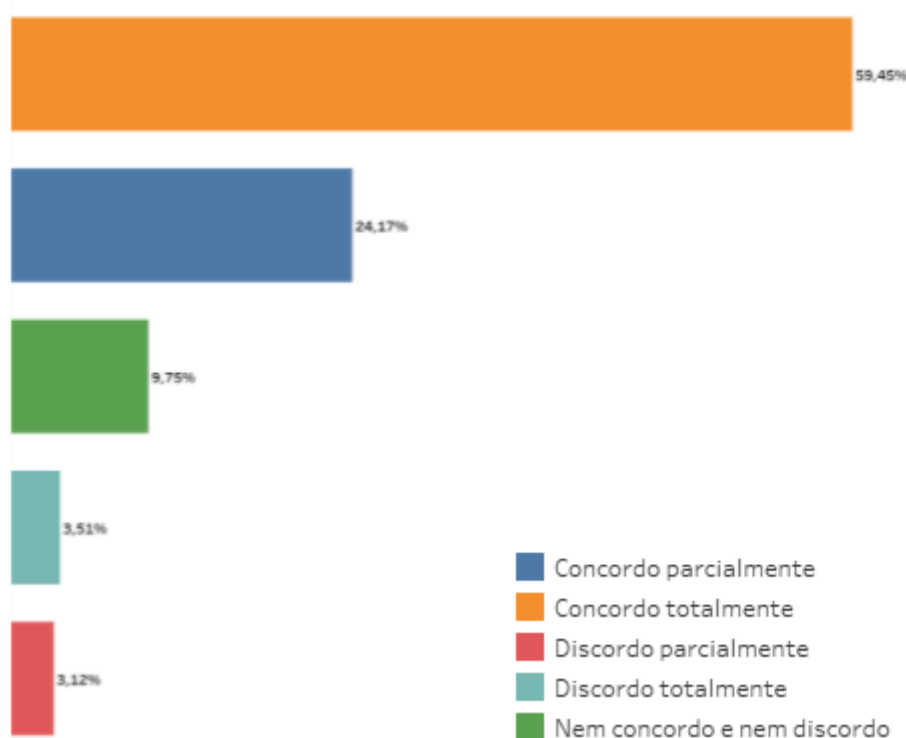
²⁴ E-commerce: o setor que cresceu 75% em meio à pandemia. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2021/02/19/e-commerce-setor-cresceu-75-crise-coronavirus/> (acesso em junho/2021).

questões relacionadas aos direitos humanos na Internet (privacidade, discurso de ódio, cyberbullying etc.), tendo os Educadores como principais alvos, por serem potenciais disseminadores desse conhecimento no ambiente escolar.

2.5. Emissão Zero

Neste pilar obtivemos o total de 773 respostas. As perguntas a seguir buscaram captar essa perspectiva das juventudes sobre qual é o papel das atuais lideranças diante do enfrentamento ao impacto climático. A primeira pergunta abordou o quanto o respondente concordava ou discordava da seguinte afirmação: “meu governo deveria fazer da aceleração da ação climática um objetivo fundamental da recuperação econômica”.

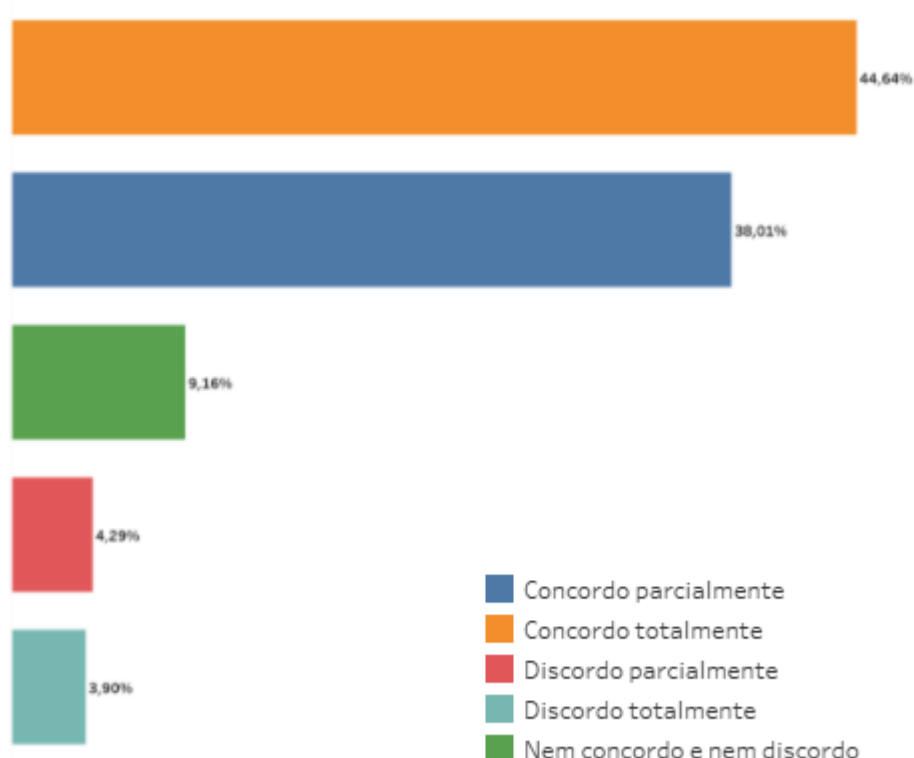
Figura 16 - Quantidade de pessoas por opção para a afirmação: “meu governo deveria fazer da aceleração da ação climática um objetivo fundamental da recuperação econômica”



Como se extrai do gráfico acima, a grande maioria dos respondentes concorda com a urgência de medidas que promovam a aceleração de ações climáticas. Entretanto, uma parcela de respondentes se mostrou neutra diante da questão e outra discordou da afirmação. Seguindo na mesma linha, na pergunta seguinte “Vou votar ou apoiar os líderes políticos que se comprometem a tomar medidas ousadas, imediatas e ambiciosas para enfrentar a crise

climática”, as respostas permaneceram concentradas nas escalas de concordância, ainda que uma considerável parcela dos respondentes tenha indicado que não votaria ou apoiaria líderes políticos que se comprometem a tomar medidas para enfrentar a crise climática.

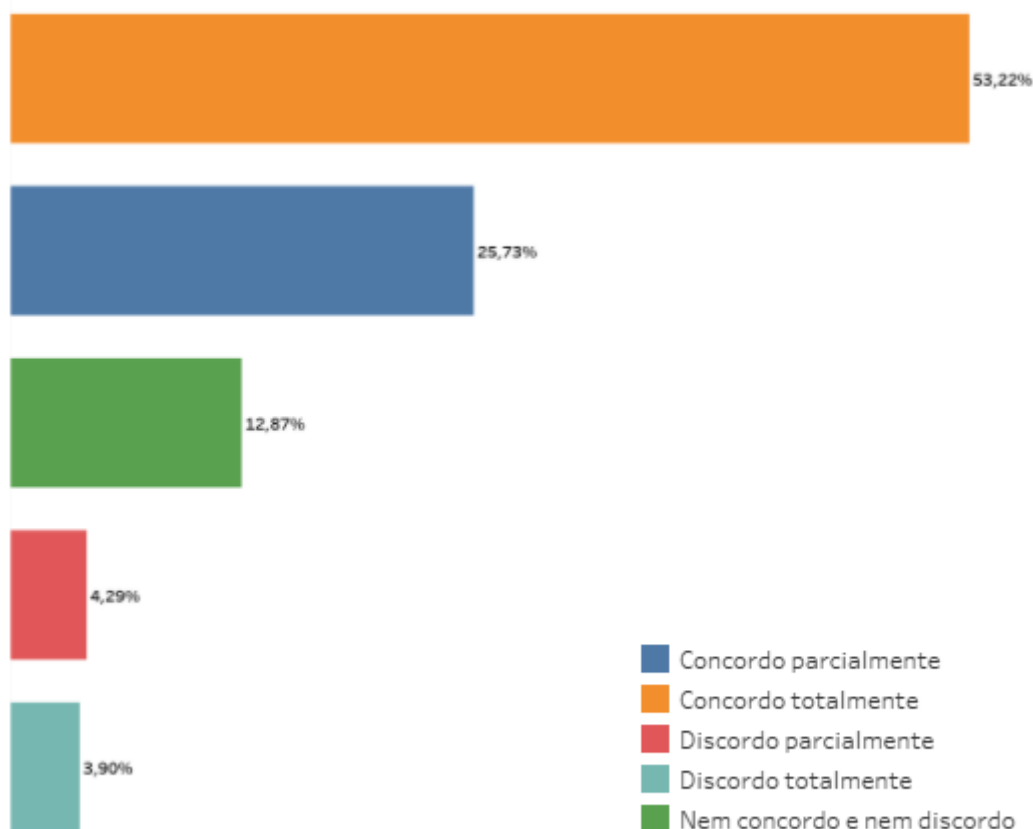
Figura 17 - Quantidade de pessoas por opção para a afirmação: “Vou votar ou apoiar os líderes políticos que se comprometem a tomar medidas ousadas, imediatas e ambiciosas para enfrentar a crise climática”



Fonte: elaboração própria.

Por fim, de forma similar à pergunta anterior, porém com um olhar para o setor privado, buscamos entender o comportamento dos respondentes enquanto clientes, com o viés da causa climática. Isso foi feito analisando o posicionamento desses jovens em relação a serviços financeiros para a expansão de combustíveis fósseis.

Figura 18 – Quantidade de respostas por opção para a pergunta: "Com que intensidade você concorda ou discorda que bancos - incluindo o seu banco - devem parar de apoiar a expansão dos combustíveis fósseis por meio de empréstimos e serviços financeiros?"



Fonte: elaboração própria.

A maior parte das pessoas concorda total ou parcialmente com a afirmação de que instituições financeiras devem parar de apoiar a expansão dos combustíveis fósseis por meio de empréstimos e serviços financeiros.

2.5.1. Emissão Zero: Desafios e Oportunidades

A retomada econômica após a grave recessão provocada pela pandemia do Covid-19 tem sido vista como uma oportunidade de migração para uma economia de baixo carbono. Segundo o Emissions Gap Report 2020 do PNUMA²⁵, esta transição aproximaria as emissões de GEE de 2030 aos níveis necessários para que a Terra aqueça em até 2°C neste século, abaixo

²⁵ UNEP. Emissions Gap Report 2020. 20 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2020> (acesso em junho/2021).

das projeções atuais de aquecimento superior a 3°C. Dentro deste contexto, o Brasil tem sido fortemente pressionado desde o início de 2021, especialmente pelos Estados Unidos, a entrar na onda de recuperação verde incorporando ações que levem, principalmente, ao fim do desmatamento ilegal até 2030. Esta pressão também tem sido endossada por organizações da sociedade civil, empresas, comunidades tradicionais etc²⁶. Um grupo de jovens ativistas chegou inclusive a entrar com uma ação judicial contra o ministro do meio ambiente, alegando que apresentou metas de descarbonização menos ambiciosas na revisão do Acordo de Paris em 2020²⁷. Os compromissos firmados pelo Brasil na Cúpula do Clima em abril de 2021 foram responsivos às pressões, tendo contemplado metas como o fim do desmatamento ilegal até 2030 e a antecipação da neutralidade climática até 2050²⁸. No entanto, a principal crítica que tem sido feita a nível nacional é que as ações do governo brasileiro em relação ao combate às mudanças climáticas estão em descompasso com as novas promessas²⁹.

A agenda da sustentabilidade vem perdendo relevância no cenário nacional e avançando timidamente nos governos subnacionais. No primeiro caso, o Ministério do Meio Ambiente vem perdendo verbas ano após ano, tendo recebido em 2021 o menor espaço dentro do orçamento da União dos últimos 21 anos³⁰. Em relação aos governos locais, uma pesquisa feita pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS sobre a agenda da sustentabilidade nos planos de governo dos prefeitos(as) eleitos mostra que a inserção da pauta ainda está longe do ideal, nas últimas eleições menos de 50% dos(as) prefeitos(as) eleitos no Brasil assumiram qualquer tipo de compromisso com este tema. Entretanto, apesar da baixa adesão, a pesquisa aponta que a sustentabilidade veio aos poucos ganhando força nas eleições municipais de 2012 a 2020, em especial a preocupação quanto às mudanças climáticas³¹.

A migração para uma economia verde implica, entre muitos fatores, na transição de matriz energética, substituindo o combustível fóssil por outras fontes de energia zero carbono

²⁶ BIERNATH, André. Cúpula do Clima: Entidades Pressionam por Compromissos do Brasil em Troca de Recursos dos EUA. 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/rfi/2021/04/15/cupula-do-clima-entidades-pressionam-por-compromissos-do-brasil-em-troca-de-recursos-eua.htm> (acesso em abril/2021).

²⁷ Jovens Processam Governo por Pedalada Climática e Pedem Anulação de Meta Brasileira do Acordo de Paris. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/04/14/jovens-processam-governo-por-pedalada-climatica-e-pedem-a-nulacao-de-meta-brasileira-no-acordo-de-paris.ghtml> (acesso em abril/2021).

²⁸ SCHREIBER, Mariana. Pressionado, Bolsonaro Promete na Cúpula do Clima Dobrar Recursos para Repressão ao Desmatamento. 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56848474> (acesso em abril/2021).

²⁹ BIERNATH, André. Cúpula do Clima: Imprensa internacional destaca 'tom moderado' e reage com ceticismo ao discurso de Bolsonaro. 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56853305> (acesso em abril/2021).

³⁰ FARIAS, Victor. Meio Ambiente tem o menor orçamento em 21 anos, em meio ao avanço do desmatamento. 08 de março de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/um-so-planeta/meio-ambiente-tem-menor-orcamento-em-21-anos-em-meio-ao-avanco-do-desmatamento-1-24913996> (acesso em abril/2021).

³¹ RAPS. Agenda da Sustentabilidade nos Planos de Governo, 2021. Disponível em: <https://www.raps.org.br/biblioteca/agenda-sustentabilidade-planos-governo/?b=18803> (acesso em abril/2021).

ou de ciclo de carbono fechado. O Brasil tem capacidade para realizar esta transição, já que sua geografia é favorável ao sucesso de painéis solares, turbinas eólicas e hidrelétricas. Além disso, o país foi líder mundial na inauguração do uso de biocombustíveis³², que foi acompanhada por uma série de políticas públicas para seu fortalecimento, contemplando desde o subsídio do etanol até a inserção da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel³³. No entanto, o Brasil ainda sofre para acelerar sua descarbonização por meio da regulamentação do mercado de carbono - mecanismo previsto no Protocolo de Kyoto, em 1977, no Acordo de Paris, em 2015 e, inclusive, na Política Nacional de Mudança do Clima, em 2009³⁴. Além disso, os carros elétricos no país representam apenas 0,025% do total da frota³⁵, e são necessárias inovações para democratizar este tipo de tecnologia, ainda muito cara no Brasil³⁶.

2.5.2. Emissão Zero: Ideias e Soluções

O tema clima é complexo, afeta toda a população mundial e é transversal a todos os setores econômicos. Assim, ideias e soluções para esse grande desafio da humanidade não serão simples ou seguirão um único caminho possível. Haverá diversas perspectivas de como endereçar esta questão, mas o mais importante é não deixar ninguém para trás. Diferentes setores, como público, privado e terceiro setor; diferentes atores, como lideranças políticas, empresariais e comunitárias; e abrangendo desde conhecimento acadêmico ao conhecimento popular e tradicional; todas as partes são de extrema importância para endereçar essa pauta. Além disso, é fundamental considerar que o escopo de soluções para a Crise Climática deve abranger tanto mitigação quanto adaptação. Assim, é necessário que soluções de redução de emissões de gases de efeito estufa sejam implementadas e desenvolvidas ao mesmo tempo em que são implantadas soluções para se remediar os efeitos que já são sentidos decorrentes da Crise Climática. Dentro do conjunto de soluções apontadas para a Crise Climáticas,

³² WOLFFENBUTTEL, Andréa. 07 de fevereiro de 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1329:entrevistas-materias&Itemid=41 (acesso em abril/2021).

³³ CEISE. Brasil é o segundo maior produtor de biodiesel do planeta. 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.ceisebr.com/conteudo/brasil-e-o-segundo-maior-produtor-de-biodiesel-do-planeta.html> (acesso em abril/2021).

³⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputados e Especialistas Discutem a Regulamentação do Mercado de Carbono. 04 de março de 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/732676-deputados-e-especialistas-discutem-regulamentacao-do-mercado-brasil-de-creditos-de-carbono/> (acesso em abril/2021).

³⁵ SINDIPEÇAS. Relatório da Frota Circulante. Maio de 2019. Acesso em: https://www.sindipecas.org.br/sindinews/Economia/2019/RelatorioFrotaCirculante_Maio_2019.pdf (acesso em abril/2021).

³⁶ SILVA, Cleide. Caros, Veículos Elétricos só Devem Chegar a 10% dos Brasileiros. 16 de novembro de 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/11/16/preco-ainda-limita-venda-de-carros-eletricos.htm> (acesso em abril/2021).

destacamos algumas ideias que foram discutidas em um Diálogo Nacional e dois Diálogos Locais, em Belo Horizonte e em Curitiba, que integraram a agenda do Davos Lab Brasil.

É necessário que os governos nacionais e locais construam políticas públicas para atender à Crise Climática. Estas políticas devem dialogar diferentes interesses para se chegar a um acordo comum e, por isso, devem ser construídas com base em diagnósticos locais e com uma participação efetiva de membros de comunidades impactadas, conforme discutido no Diálogo Local de Belo Horizonte.

Assim, é necessária a construção de um *framework* de políticas públicas que aborda diversas questões a curto, médio e longo prazo. Como exemplo, trazemos algumas políticas públicas que devem ser consideradas. Para o setor privado, em um recorte de empresas com atividades industriais, através de regulação de emissões de gases de efeito estufa; para o setor agropecuário, formas de monitoramento e responsabilização referente a mudança de uso da terra (desmatamento e queimadas), políticas que visem limitar o uso de agrotóxicos. Em um contexto de cidades, políticas para favorecimento de transportes mais sustentáveis (Diálogo Local de Curitiba).

No Diálogo Nacional se discutiu sobre o fato de não existir política pública alheia à temática socioambiental, ela deve ser feita por pessoas e para pessoas. Assim, compreendemos que as políticas públicas devem abordar um amplo escopo de temas e setores, sempre contando com uma efetiva participação das pessoas impactadas por aquelas políticas, além de dados concretos e informações reais. Portanto, é fundamental que as pessoas envolvidas em todos os processos do ciclo das políticas públicas - desde a construção até o monitoramento da aplicação dessas políticas - sejam amplamente qualificadas a respeito da crise climática, visando expor a importância do poder público para a adequada resposta à crise.

No Diálogo Nacional também se discutiu sobre como podemos encontrar caminhos econômicos como uma alternativa de solução da crise climática. Além disso, o Brasil possui um enorme potencial em um cenário de Economia Verde, através de sua disponibilidade de serviços ecossistêmicos, podendo se tornar líder em uma perspectiva baseada no desenvolvimento sustentável através de uma economia verde.

No Diálogo Local de Curitiba, se abordou a possibilidade da aquisição e recuperação de áreas naturais com oferta de emprego e renda para as comunidades locais. Outras possibilidades, dentro desse cenário são a criação de empregos e de novas cadeias produtivas, por exemplo através da transição energética para novas fontes de energia, onde se gera uma toda uma cadeia, com a capacitação de mão de obra e geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e outras benefícios secundários de uma nova cadeia produtiva.

Ponderando esse cenário de uma economia verde, baseada em um mundo de baixo carbono, mais tecnologias se fazem necessárias para fundamentar esse mundo menos dependente de combustíveis fósseis. Assim, o desenvolvimento tecnológico e

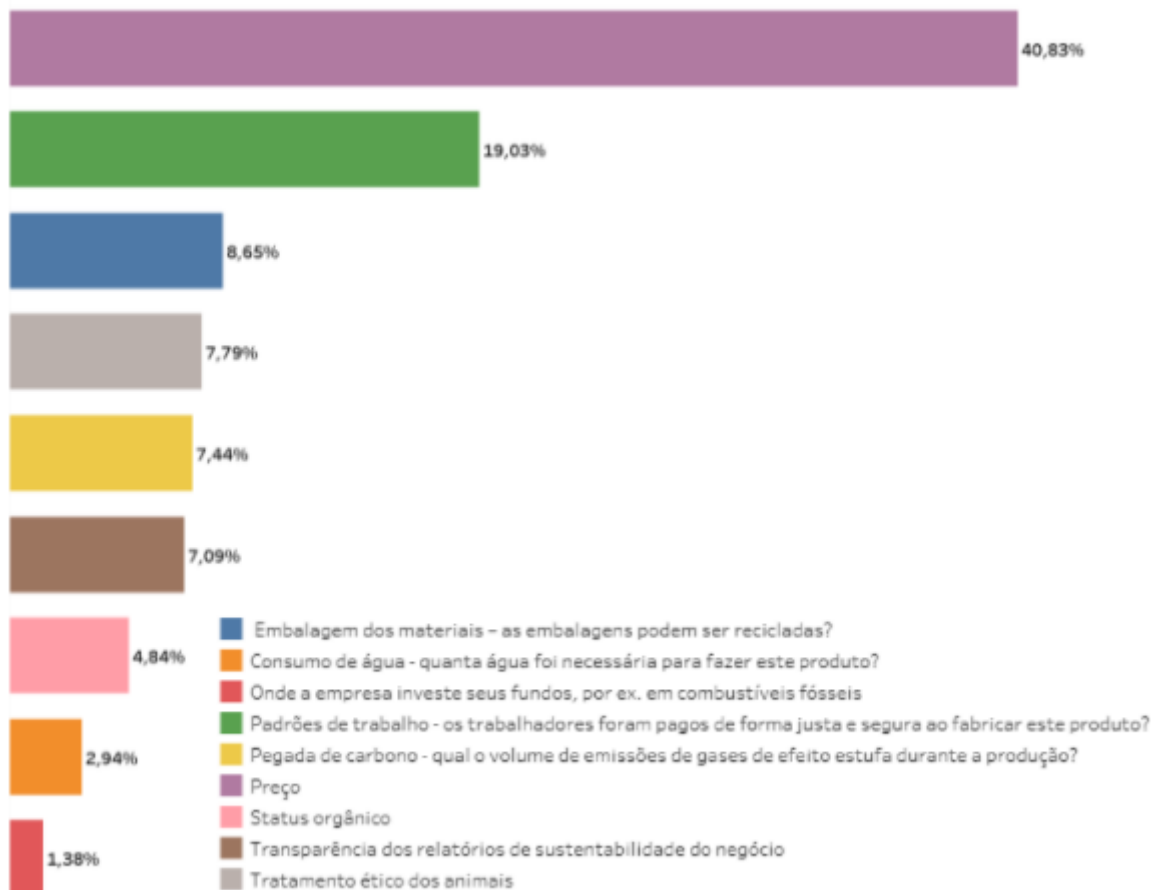
investimento em inovação têm um papel fundamental para esse novo mundo. Entretanto, é importante frisar que esse desenvolvimento tecnológico deve ser pautado em novas tecnologias para reduzir emissões de gases de efeito estufa e redução da dependência de combustíveis fósseis, realmente possibilitando esse mundo baixo carbono. No Diálogo Local de Curitiba se refletiu sobre uma Indústria 4.0 (digitalizada) feita para uma sociedade 5.0 (justiça social, inclusão e tecnologia).

Para possibilitar esse desenvolvimento tecnológico e a economia verde, é fundamental a colaboração entre muitas partes, onde há uma expressiva possibilidade de protagonismo do setor privado e de instituições financeiras no desenvolvimento de ferramentas financeiras para apoiar essa transição. Dessa forma, é fundamental que esses entes estructurem de forma robusta as iniciativas de finanças verdes, implementação de critérios de risco climático para avaliação de investimentos etc.

2.6. Consumo Consciente

No pilar de Consumo Consciente obtivemos um total de 895 respostas. Na primeira pergunta os respondentes classificaram, hierarquicamente, qual fator mais importante ao selecionar um produto ou serviço para comprar. “Preço” foi o fator considerado o mais relevante pelos respondentes, com 40,83%, quase o dobro da segunda opção priorizada, 19,3%, enfatizando uma postura de preocupação alta com a alocação dos recursos e uma despriorização de fatores mais amplos da produção dos produtos que compramos, como a mão de obra, pegada de carbono e embalagem dos materiais. Além disso, fica evidenciada também a necessidade de garantirmos que os produtos sustentáveis sejam economicamente acessíveis.

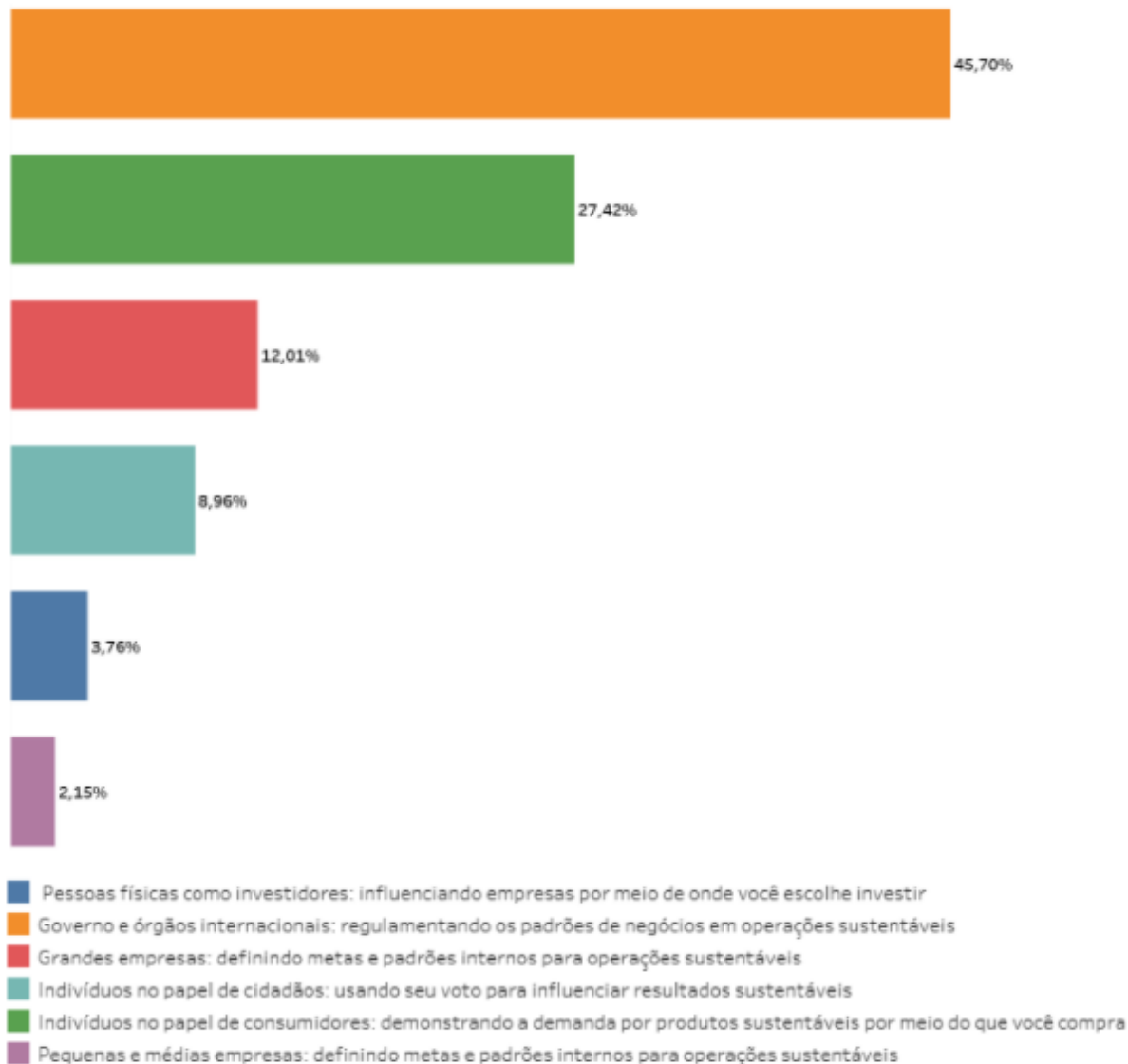
Figura 19 - Quantidade de pessoas que classificou como a mais relevante dentre as opções para a pergunta: “Qual das opções a seguir é mais importante para você ao selecionar um produto ou serviço para comprar?”



Fonte: elaboração própria.

E quando perguntados sobre quais stakeholders são mais importantes para agir no sentido de aumentar a disponibilidade de produtos sustentáveis, “Governo e órgãos internacionais: regulamentando os padrões de negócios em operações sustentáveis” teve o maior número de respondentes, classificando-se como o stakeholder mais importante, seguido dos “indivíduos no papel de consumidores”. Ao analisarmos dados de pegada de carbono na sociedade, sabemos que todos os atores possuem seu impacto, mas que grandes organizações e o governo possuem a possibilidade de influência e ação muito maior que indivíduos isolados, no sentido de viabilizar as mudanças sistêmicas necessárias. Também fica evidenciada, pelos stakeholders mais votados, a necessidade de orientar e regular o setor privado para atender o interesse público em sua totalidade, garantindo a função social da empresa e não só o lucro.

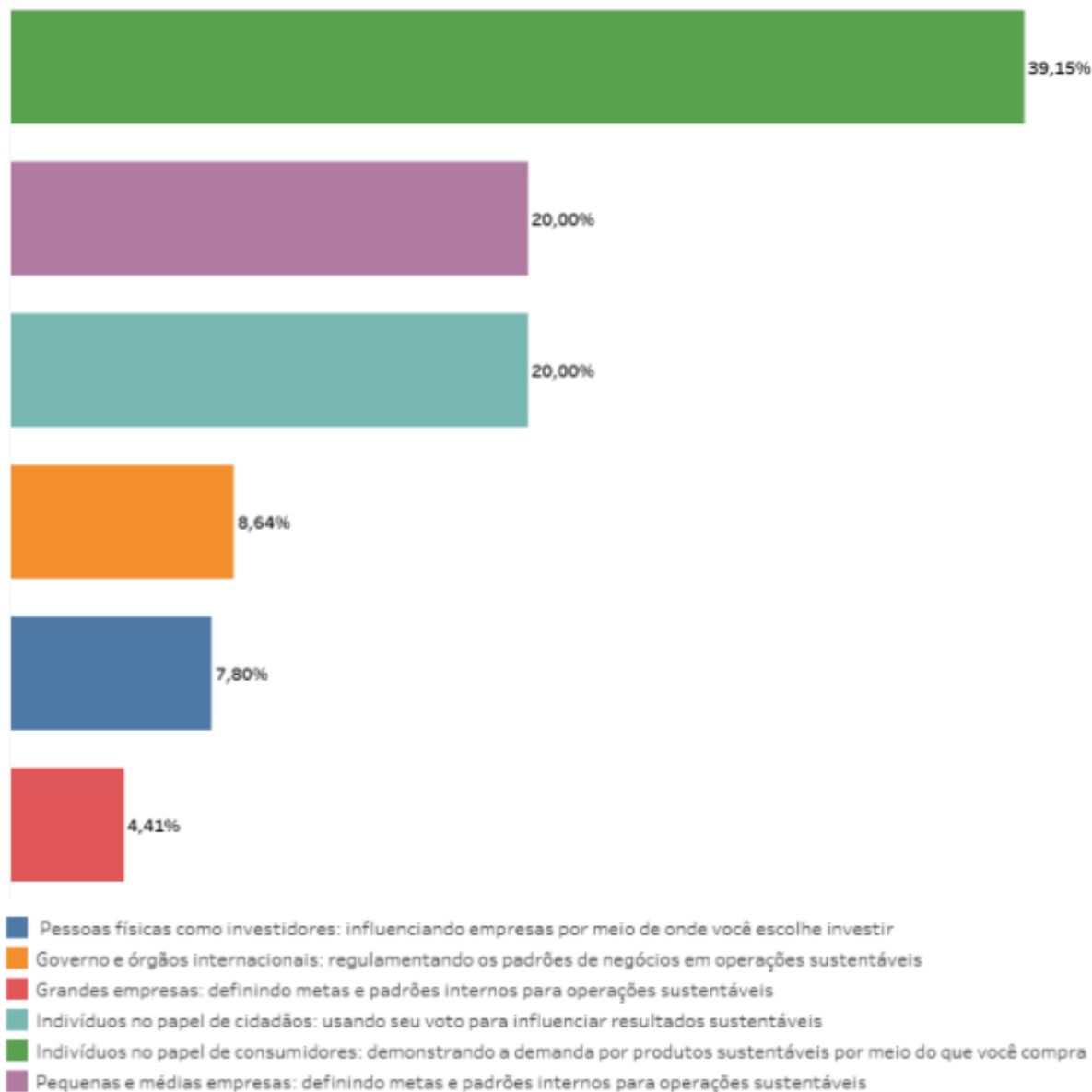
Figura 20 - Quantidade de pessoas que classificou como a mais relevante dentre as opções para a pergunta: “Quais stakeholders são mais importantes para agir no sentido de aumentar a disponibilidade de produtos sustentáveis?”



Fonte: elaboração própria.

Em consonância com a segunda pergunta do pilar “Trabalhos Inclusivos”, cujas respostas estão indicadas na figura 5, quando perguntado que fatores influenciam as empresas para as quais você escolheu trabalhar, “Valores: os valores da empresa estão alinhados aos meus valores pessoais” aparece como o fator mais relevante para o maior número de respondentes, seguido da remuneração.

Figura 21 – Quantidade de pessoas que classificou como a mais relevante dentre as opções para a pergunta: "Que fatores influenciam as empresas para as quais você escolheu trabalhar?"



Fonte: elaboração própria.

2.6.1. Consumo Consciente: Desafios e Oportunidades

Quando olhamos para a juventude brasileira e o contexto da Covid-19, é importante entendermos quais acessos esse grupo já possuía antes da pandemia e em que situação se encontra atualmente. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a população pobre no Brasil saltou de 9,5 milhões em agosto de 2020 para mais de 27 milhões em fevereiro de 2021, número recorde.

Nosso país estreou, por anos consecutivos, o ranking de países mais desiguais da ONU, e 2020 não foi diferente. Com a crise generalizada advinda da pandemia ficou ainda mais escancarada a urgência de se diminuir o vão entre os mais ricos e mais pobres no Brasil. Quando olhamos para juventudes, algumas passarão a ter dificuldade com a educação e com a empregabilidade, já outras terão dores antigas acentuadas, como a falta de acesso à saúde, saneamento básico, alimento e abrigo, entre outras necessidades básicas.

Neste contexto, com a expansão do sistema capitalista, a sociedade passou de produtora de bens básicos de sobrevivência para um sistema de produção focado em atender um consumo potencial, que cada vez mais foi aumentando num ritmo que parecia acreditar termos recursos infinitos de produção e capacidades de processamento do nosso lixo.

David Wallace demonstra em “A terra inabitável” que todas as tentativas do mundo de regular o consumo, produção, distribuição de mercadoria são insustentáveis, considerando a perspectiva capitalista desenvolvimentista que nossa sociedade se encontra. Mudanças profundas devem ser feitas, caso contrário, grande parte da população não vai conseguir sobreviver³⁷.

O ODS 12, consumo e produção responsáveis, aponta oportunidades que assegurem padrões sustentáveis e eficiência no uso de recursos naturais. Sabe-se, contudo, que o compromisso deve ser integral, com comprometimento de mudar sistematicamente as fontes e meios de produção.

Dentre as oportunidades, negócios devem ter como premissa a consciência e o impacto positivo. Regulações são favoráveis para efetividade e abrangência das medidas. A agenda ASG (governança ambiental, social e corporativa) se potencializa no cenário pandêmico como estratégia de perenidade. O assunto está em pauta, cabe aos empreendedores entender sua seriedade e urgência (Diálogo Local, Belo Horizonte). Há cada vez mais interesse e envolvimento com o posicionamento de organizações.

Da mesma forma que se discute a produção, consumo e descarte de produtos, também cabe à pauta assuntos como o turismo, setor profundamente afetado no cenário da Covid-19 e que tem um potencial enorme para protagonizar uma retomada sustentável pós-pandemia. Todavia, são necessárias reflexões sobre a forma de interação com os lugares e pessoas envolvidas. Deve-se questionar se os espaços são locais para viver ou para serem consumidos, e consequentemente depreciados. As comunidades devem fortalecer seus mecanismos para promoção de turismo de baixo impacto, de base comunitária, incluindo os mais diversos atores envolvidos em práticas e políticas de preservação natural, cultural e histórica (Diálogo Local, Florianópolis).

³⁷ Wallace-Wells, David. A Terra Inabitável: uma história do futuro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

2.6.2. Consumo Consciente: Ideias e Soluções

Ailton Krenak afirma que uma vida sustentável é uma vaidade individual³⁸, o que evidencia a forma como a sociedade ocidental contemporânea foi construída e funciona hoje, de forma hipócrita, elitista e individualista.

Apenas 1% da população mundial detém mais riqueza do que os restantes 99%. A população mundial é de 7,6 bilhões de pessoas, contudo 851 milhões passam fome, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Desigualdade e exclusão são frutos de decisões políticas que podem ser questionadas e transformadas.

Para termos um futuro, enquanto espécie, neste planeta devemos promover, entre tantos caminhos, soluções baseadas na natureza, o consumo e gestão eficiente dos recursos naturais, ter uma transição energética inclusiva e responsável e formas alternativas e colaborativas de economia, como os modelos circulares, restaurativos, do cuidado, dentre outros.

Gestão e gerenciamento adequado de resíduos é um ponto chave. No período inicial da pandemia de Covid-19 no Brasil, por exemplo, apesar da tendência mundial de aumento na geração de resíduos sólidos urbanos e diminuição de taxas de reciclagem, o país apresentou decréscimo na taxa de resíduos gerados e aumento nas taxas de reciclagem. Tal aspecto pode ser associado a uma menor contribuição de pequenos geradores e a uma maior percepção da população quanto à reciclagem durante o isolamento social.³⁹ Apesar disso, o uso necessário de máscaras e procedimentos de segurança, além da logística de vacinação, resultarão em um impacto negativo no setor ao redor do mundo.⁴⁰

O modelo econômico de “extrair, produzir e desperdiçar”, a economia linear, está atingindo seus limites. A economia circular é uma alternativa que busca redefinir a ideia de crescimento, focada nos seus benefícios para a sociedade. É necessário dissociar a atividade econômica do consumo de recursos finitos. O modelo circular constrói capital econômico, natural e social e se baseia na eliminação de resíduos e poluição desde o princípio, em manter produtos e materiais em uso, e em regenerar sistemas naturais. Dessa forma, a atividade econômica contribui para a saúde geral do sistema.⁴¹ Os resíduos devem nutrir esse sistema, a energia deve ser renovável e ilimitada, e a diversidade deve ser incentivada e praticada.

Trata-se de construir uma nova economia que seja socialmente justa, economicamente viável, ambientalmente sustentável e eticamente responsável.

³⁸ KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

³⁹ Nota Técnica do Observatório do Clima no âmbito do SEEG Brasil. Disponível em: <http://seeg.eco.br/nota-tecnica-Covid-19> (acesso em maio/2021).

⁴⁰ Vacinação contra Covid-19 deve criar enorme problema de gestão de resíduos. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/component/content/article/38-no-mundo/9256-vacinaacao-contr-Covid-19-deve-criar-enorme-problema-de-gestao-de-residuos-dizem-especialistas.html> (acesso em maio/2021).

⁴¹ Conforme definição atribuída pela Ellen Macarthur Foundation. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/pt/economia-circular/conceito> (acesso em maio/2021).

O consumo consciente possibilita o desenvolvimento de grandes até microorganismos, de indivíduos, seja localmente, regionalmente e globalmente. Entretanto, a mudança de mentalidade do sistema valoriza cada ser humano e promove uma economia solidária, que favorece negócios locais, reutilização de recursos, valorização do turismo de base comunitária, entre outros.

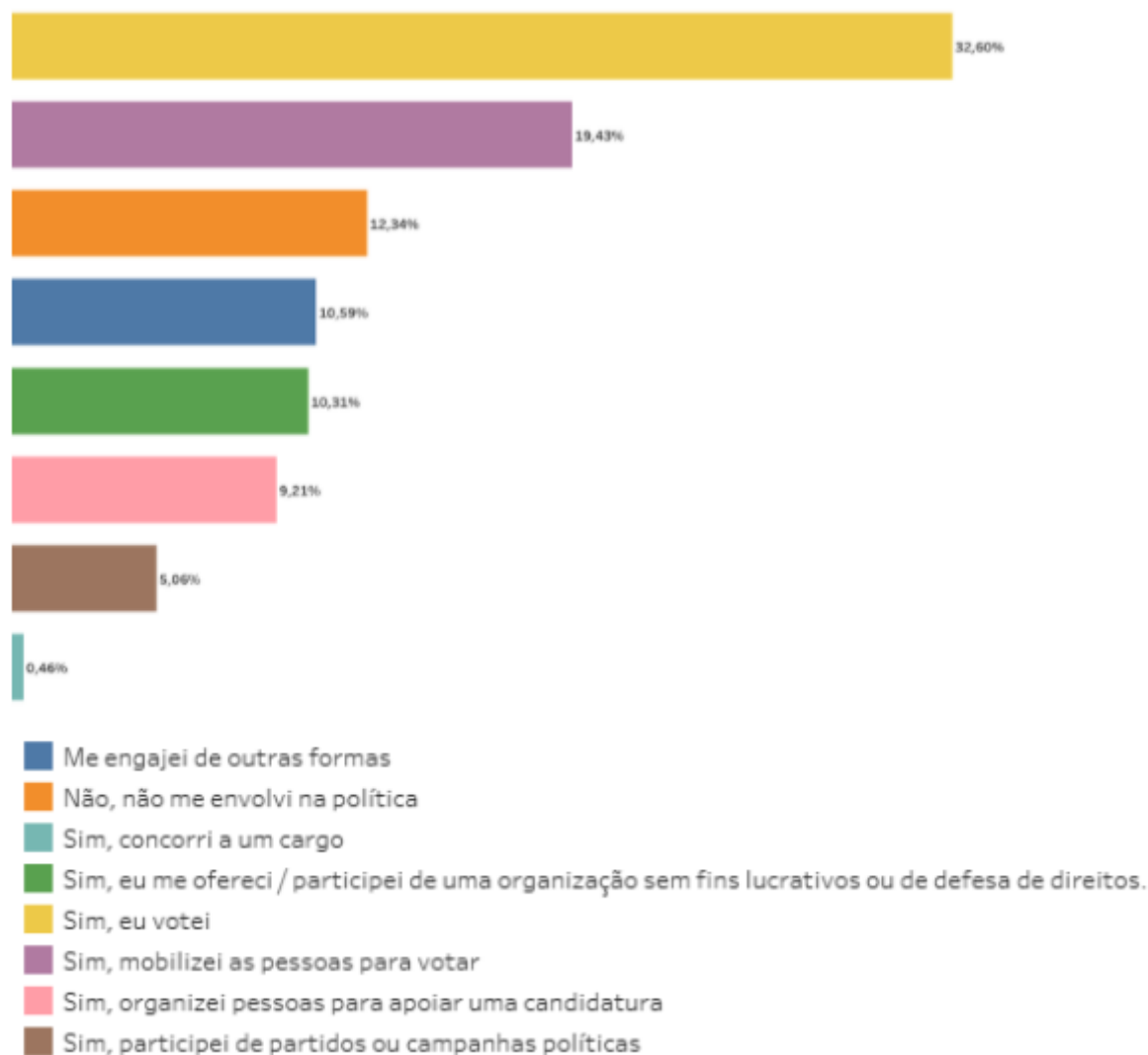
John Elkington, criador do tripé da sustentabilidade, baseado nos pilares “social”, “econômico” e “social”, recentemente incluiu nessa relação a questão de regeneração. Regeneração econômica, política, social e, principalmente, da biosfera.⁴² Dessa forma, há reconstrução, e não só destruição e descarte e as escolhas dos consumidores também precisam passar por essa transição.

2.7. Futuro da Política

Obtivemos um total de 827 respostas para este pilar. Na primeira pergunta exploramos as formas de os respondentes se engajarem em política, 501(52%) pessoas tentaram se engajar na política pelo menos votando ou mobilizando votos, enquanto a forma menos comum de engajar em política foi “concorrer a um cargo”. Um destaque importante é a terceira opção mais votada: “Não, não me envolvi em política”.

⁴² O mundo muda gradualmente até o de repente chegar. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/expert-esq/o-mundo-muda-gradualmente-ate-o-de-repente-chegar/> (acesso em maio/2021).

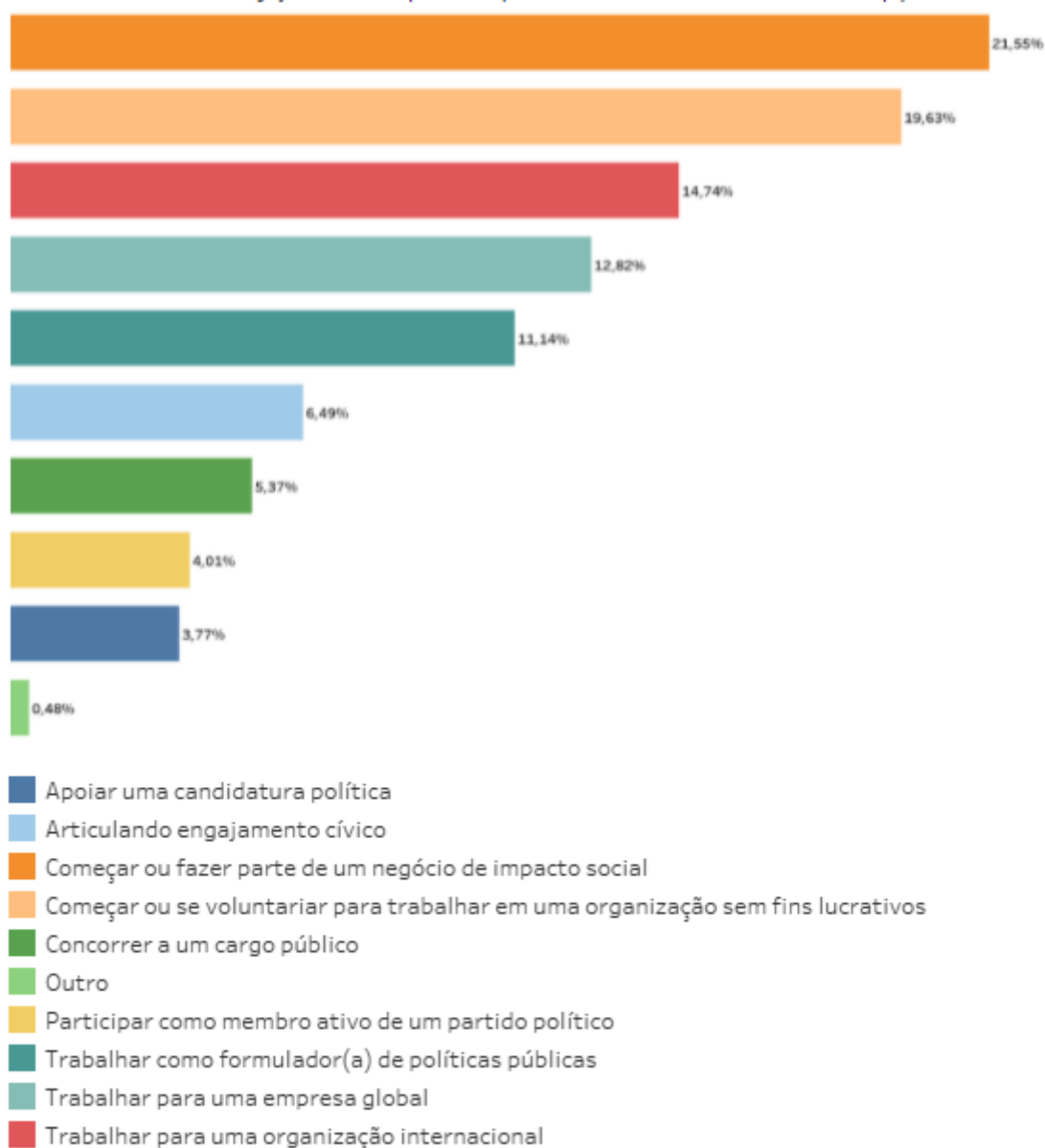
Figura 22 - Quantidade de pessoas que selecionaram a opção como forma de engajamento na política, podendo selecionar mais de uma opção.



Fonte: elaboração própria.

Sobre as formas de gerar impacto, a mais escolhida foi “começar ou fazer parte de um negócio de impacto social”, indicada por 385 respondentes (21,55%), enquanto a forma menos selecionada foi “apoiar uma candidatura política”. As quatro opções mais citadas apresentam a participação em organizações privadas ou do terceiro setor.

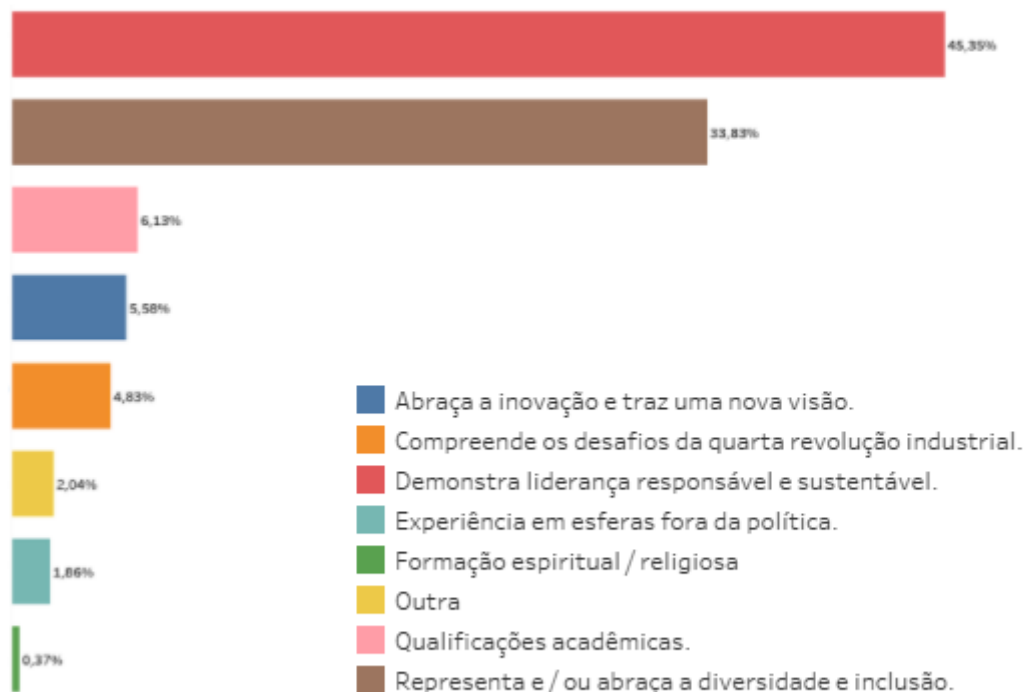
Figura 23 - Quantidade de pessoas que selecionaram a opção como forma de engajamento na política, podendo selecionar mais de uma opção.



Fonte: elaboração própria.

Nesta pesquisa, um maior número de pessoas classificou como mais relevante “Demonstra liderança responsável e sustentável” dentre as capacidades de uma liderança política do futuro, seguida de “Representa e/ou abraça a diversidade e inclusão”, enquanto um menor número de pessoas considera mais importante a capacidade “Formação espiritual/religiosa”.

Figura 24 - Quantidade de pessoas que classificou como a mais relevante dentre as opções para a pergunta: "Quais são as capacidades de um líder político do futuro?"



Fonte: elaboração própria.

Capacitar as vozes e a liderança de pessoas com experiências vividas é a chave para encontrar soluções que não deixem ninguém para trás. Portanto, os formuladores de políticas e os políticos devem ser a representação de todos, não de poucos. Discutir como aumentar a participação cívica diversificada, acabar com as medidas de austeridade e consertar contratos sociais inadequados é crucial para formular o futuro da política e do governo.

2.7.1. Futuro da Política: Desafios e Oportunidades

Vivemos em um cenário no qual grande parte da população brasileira está desacreditada da política. Afinal, ela não nos representa, não dialoga e nos afasta das tomadas de decisão e construção de políticas públicas. Outro fator que aprofunda esse sentimento é a corrupção presente no setor político que a cada ano deixa os brasileiros mais perplexos.

Esse cenário faz com que falar sobre política e engajar a sociedade seja complexo, ainda mais no cenário de polarização que vivemos. Ao contrário do que muitos brasileiros pensam, a política está presente em nossa vida cotidiana e cenários de crise como o Covid-19

evidenciam ainda mais a importância da política na resolução de problemas enfrentados pela sociedade.

Um alerta muito importante no meio da crise do Covid-19 que também é uma crise de saúde pública, saneamento básico, econômica, educacional e social foi a necessidade de termos bons políticos ocupando cargos eletivos. Responder mal às crises convergentes do mundo fortalece os crescentes apelos globais e nacionais para transformar o futuro da política e reconstruir as instituições governamentais do zero.⁴³

Um exemplo interessante que converge para essa mudança é uma pesquisa realizada pela CEPESP/FGV, em 2020, apresenta um aumento significativo de candidaturas coletivas⁴⁴ para Câmaras Municipais, que pularam de 13 em 2016 para 257 em 2020. A característica principal desses mandatos é a reunião de pessoas jovens que representam grupos sub-representados na nossa política atual, que poderia ser personificada por homens, brancos, heteronormativos e com média de idade de 46 anos.⁴⁵

Essa participação reforça a necessidade da representatividade do coletivo, das diversidades do nosso país, principalmente de mulheres, LGBTQI+, negros, indígenas e jovens, para pensarmos políticas públicas efetivas. Porém, ainda não é um movimento forte e generalizado a ponto de trazer a representação da nossa sociedade para as bancadas decisórias do cenário político.

Mudanças como essas são lentas, porém necessárias e fundamentais para o futuro do Brasil, portanto educação política é essencial nas escolas para que gerações de brasileiros compreendam o poder do voto para que ele seja feito de forma consciente e com senso crítico, dessa forma, a cada eleição teremos a oportunidade de eleger pessoas qualificadas e com qualidades que preencham os requisitos na nova política.

2.7.2. Futuro da Política: Ideias e Soluções

Reforçando o cenário descrito acima, no mindset do jovem, política é tudo igual e essa geração está desacreditada, sendo um dos motivos a própria história do país, como ficou claro no Diálogo local, Fortaleza. Portanto, conscientizar o jovem da importância da política como forma de engajamento e tirar o estereótipo de que a política está ligada a fatores negativos, e que

⁴³ MACHADO, Lara Muller. Legado de uma pandemia: 26 vozes conversam sobre os aprendizados para política pública. Rio de Janeiro, RJ, 2021. (p. 28-40 e 247-258) Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/02/legadodeumapandemia-1.pdf> (acesso em maio/2021).

⁴⁴ Mandato coletivo: uma nova forma de compor um gabinete. Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mandato-coletivo/> (acesso em maio/2021).

⁴⁵ Média de idade dos candidatos em 2020 sobe para 45,6 anos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/media-de-idade-dos-candidatos-em-2020-sobe-para-456-anos/> e Perfil médio do deputado federal eleito é homem, branco, casado e com ensino superior. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/21/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml> (acesso em maio/2021).

assuntos como fome, educação, impostos, entre outros estão todos interligados e são definidos na política (Diálogo local, Fortaleza) é um primeiro passo para criarmos pontes.

De acordo com o Diálogo local de Fortaleza, buscar a política social e não só a partidária e trazer a discussão do tema também para jovens que estão localizados na periferia e nos ambientes de violência para mostrar que a política é um meio e uma ferramenta de crescimento e fortalecimento da cidadania.

Está claro que a educação política é fundamental, e que ações são necessárias para criar conexões entre a juventude e a política, para que mais jovens se candidatem, ou para que mais jovens se envolvam na política partidária e também para que mais jovens votem consciente nas eleições.

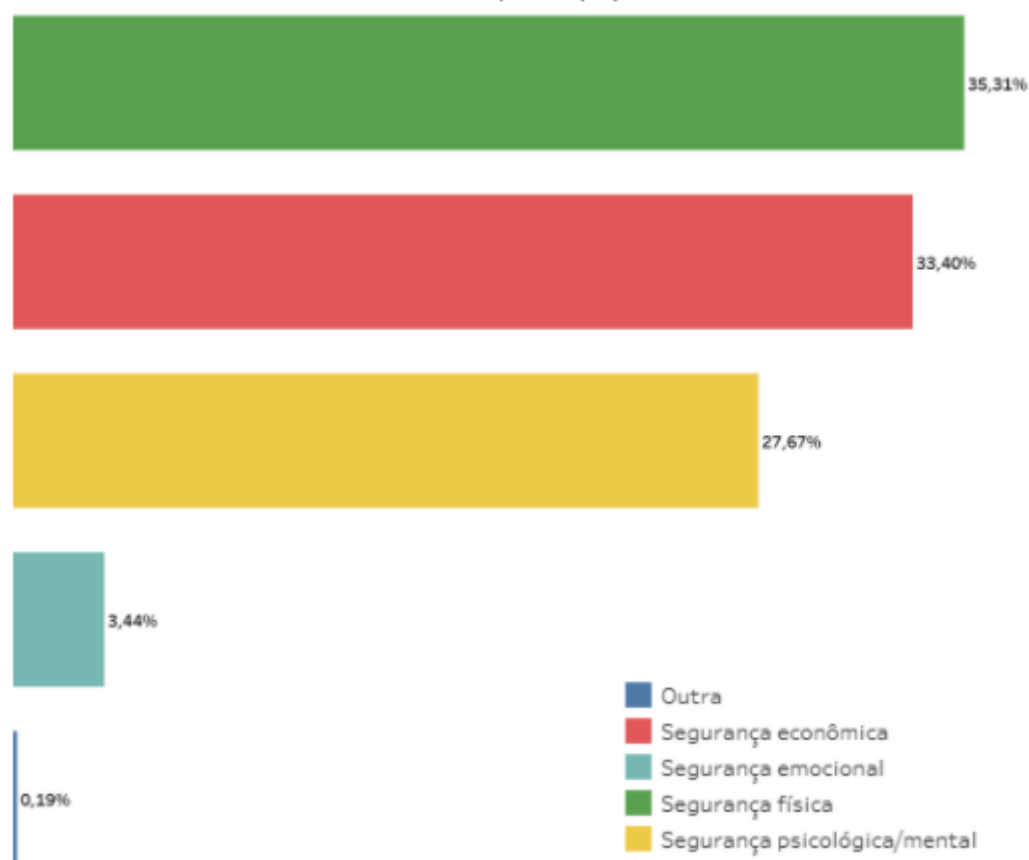
Para fortalecer o protagonismo do jovem e criar condições para uma nova política, espaços de debates, oficinas, e ambientes que promovem a educação e ocupação ao jovem são fundamentais. Esses espaços podem ser criados dentro de escolas, por um grupo de amigos no bairro, por empresas, e também por candidatos eleitos. Seria muito interessante se cada mandato tivesse em sua composição um conselho jovem com um grupo diverso representando as muitas juventudes para que eles pudessem acompanhar o legislativo ou executivo em suas práticas diárias, aprendendo e tendo a oportunidade de levar sua visão de mundo para os debates.

Estamos em um momento de transformação da sociedade e a política precisa acompanhar esse ritmo, e além de inovar, a política precisa ser visionária. Hoje enfrentamos a crise da Covid-19 que é apenas um trailer de um filme ainda maior chamado crise climática. Portanto, a política necessita agregar, ouvir, e criar políticas que ultrapassem a polarização e ideologias. Hoje precisamos de uma política que trabalhe pelo bem comum, construindo o hoje para garantir condições melhores para gerações futuras, e os jovens precisam ser parte desse movimento.

2.8. Segurança Pública e Coesão Social

Este pilar da pesquisa busca entender a percepção dos jovens nesse contexto complexo de segurança pública, com um total de 783 respostas. Inicialmente, buscamos compreender a visão das juventudes sobre qual área de segurança traz mais preocupação. 35,31% dos respondentes acreditam que Segurança Física é o segmento mais preocupante, seguido com proximidade pela Segurança Econômica, que representa 33,40% das respostas. Segurança Psicológica e Mental ocupou o terceiro lugar, com 27,67%, e a menos preocupante foi a Segurança Emocional, com 3,44%. Apenas 3 pessoas, o equivalente a 0,19% dos respondentes, demonstraram maior apreensão com algum outro segmento.

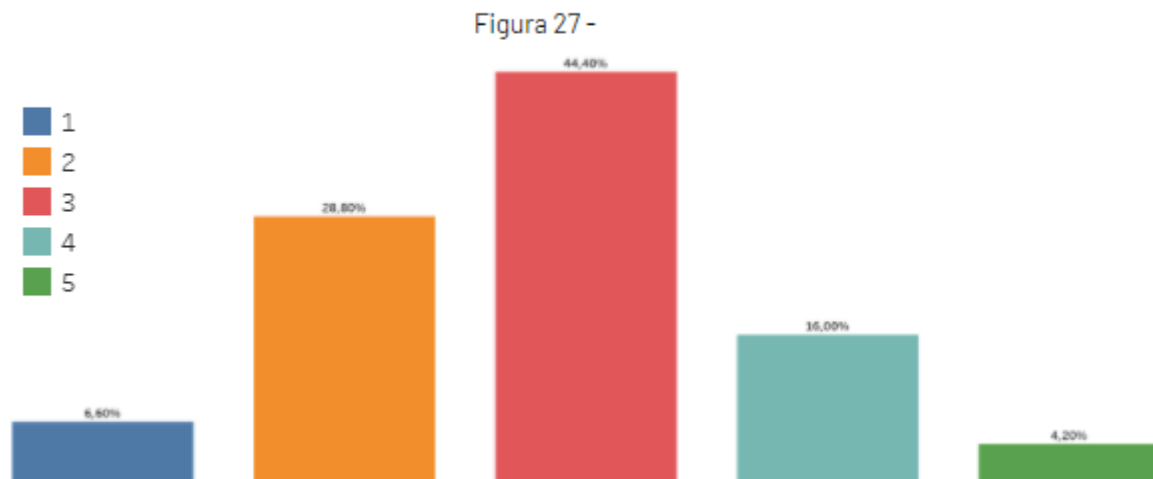
Figura 25 - Respostas para a pergunta: "Qual tipo de segurança lhe causa mais preocupação?"



Fonte: elaboração própria.

Ao perguntar, em uma escala de 1 a 5, o quão seguras as pessoas se sentem em espaços públicos, a grande maioria das respostas se concentrou no 3 - o equivalente a 44,40% das respostas, número maior do que a soma do segundo e terceiro lugares. A média de escala foi de 2,84 e a distribuição das respostas pode ser visualizada no gráfico abaixo.

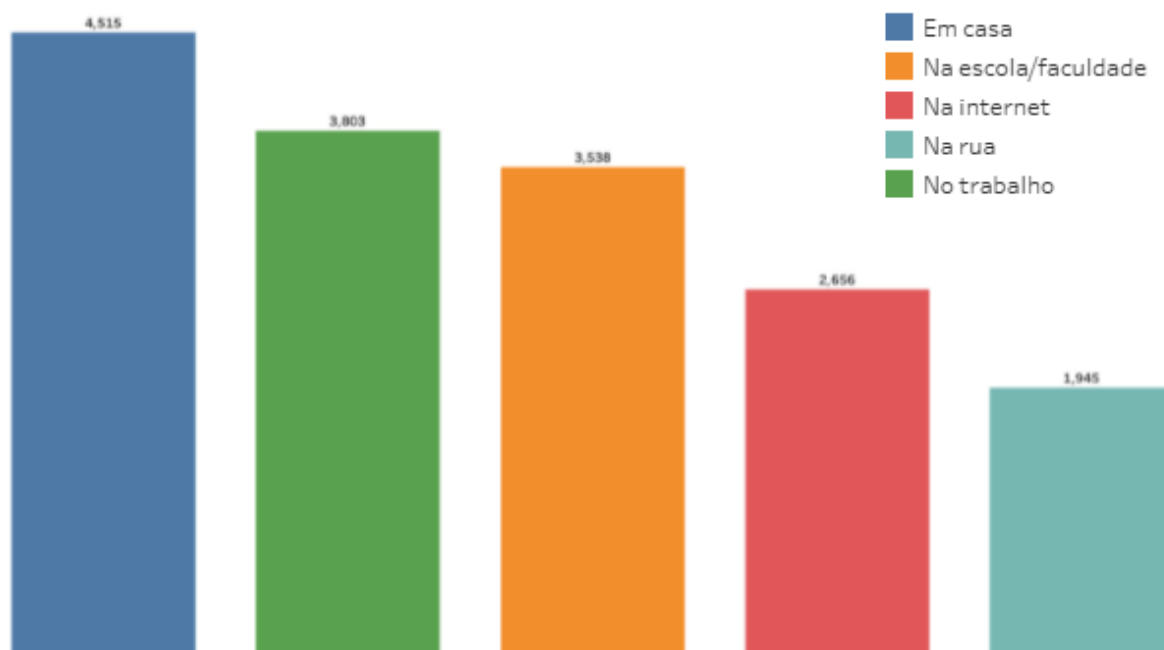
Figura 26 - Distribuição das respostas para a pergunta: "Em uma escala de 1-5 (1 sendo o mais baixo), o quão seguro (a) você geralmente se sente em espaços públicos?"



Fonte: elaboração própria.

Por último, os jovens classificaram o espaço em que se sentem mais seguros, ordenando as 5 opções do mais seguro ao menos seguro. Conforme o gráfico, o ambiente domiciliar é avaliado com a maior média de segurança na escala, enquanto a rua é o local onde se sentem menos seguros.

Figura 28 - Média das escalas de 1 a 5 para a pergunta: "Onde você se sente mais seguro(a)?"



Fonte: elaboração própria.

A pesquisa conduzida em 2019 pela Gallup⁴⁶ para compreender a percepção de segurança das pessoas corrobora com essa visão. O Brasil aparece em 115º lugar no índice e os dados apontam que 4 entre 10 brasileiros não se sentem seguros ao andar na rua durante a noite, o 10º pior resultado entre os 144 países avaliados.

2.8.1. Segurança Pública e Coesão Social: Desafios e Oportunidades

De acordo com a PNAD Covid-19⁴⁷, 16,3 milhões de pessoas ocupadas tiveram rendimentos provenientes do trabalho menores que o normalmente recebido durante a pandemia, segundo dados consolidados de novembro de 2020. Tais dados sobre a variação de renda podem explicar, em partes, porque a segurança econômica é uma das que causa maior preocupação entre os respondentes da presente pesquisa - com 33% das respostas - ficando atrás somente da segurança física.

No Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade entre os jovens - e a desigualdade do país se reflete no perfil dessas vítimas: os jovens, especialmente homens

⁴⁶ Disponível em: <https://www.gallup.com/analytics/322247/gallup-global-law-and-order-report-2020.aspx> (acesso em abril/2021).

⁴⁷ Dados referentes ao levantamento PNAD Covid-19, com dados relativos a novembro de 2020. Disponível em: <https://Covid-1919.ibge.gov.br/pnad-Covid-19/> (acesso em abril/2021).

negros, são o maior grupo de risco. Apesar de uma queda nos homicídios em 2018 e 2019, os números voltaram a subir no primeiro semestre de 2020. Mesmo com o isolamento social decorrente da pandemia do novo coronavírus, houve um aumento de 7% em relação ao mesmo período de 2019, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁴⁸.

Historicamente, a população carcerária do país segue um perfil muito semelhante: se prende cada vez mais, sobretudo, jovens negros. Nos últimos 15 anos, houve um aumento de 14% na proporção de pessoas negras nas prisões, atingindo a marca de $\frac{2}{3}$ da população carcerária – um dado que não é proporcional às estatísticas gerais da população negra do país, que equivale a 56% em comparação aos 66,7% dentre as pessoas presas. Em relação à faixa etária, jovens de 18 a 24 anos representam a maioria, compreendendo 26% do total.

A pesquisa também observa que a pandemia impactou nas “dinâmicas do crime e da violência, desde o mais organizado até manifestações de natureza doméstica e intrafamiliar, afetando substancialmente a vida dos cidadãos e cidadãs de todo o país”.

Em se tratando de segurança física, afora a população jovem e negra, como mencionado acima, outro grupo que vem sofrendo impactos significativos com a pandemia de Covid-19 é o de mulheres. Somente em 2020⁴⁹, o Brasil registrou 105.671 denúncias de violência contra as mulheres – destas, 72% foram de violência doméstica e familiar: um contraponto entre a percepção de segurança manifestada pelos jovens na pesquisa apresentada acima (a maioria se sente mais segura no espaço domiciliar). Segundo dados Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, provenientes das estatísticas dos canais de atendimento “Ligue 180” e “Disque 100” – durante o primeiro ano de pandemia, foram registradas um pouco menos de 290 denúncias diariamente, o que representa 1 a cada 5 minutos. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos também divulgou que a maioria das vítimas dessas denúncias se autodeclararam pardas e a faixa etária mais recorrente ficou entre 35 e 39 anos.

2.8.2. Segurança Pública e Coesão Social: Ideias e Soluções

A segurança pública é um direito humano fundamental. Avaliá-la objetivamente significa compreender ou reconhecer que ela existe em três naturezas ao mesmo tempo: uma necessidade básica para que a vida prevaleça, um resultado ou consequência do componente social que cultivamos e uma causa para estruturas comportamentais e sociais que moldam o futuro.

Uma vez que a presente pesquisa demonstrou que a segurança física é a que causa maior preocupação às pessoas, e que estas se sentem menos seguras nas ruas, de maneira

⁴⁸ Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> (acesso em abril/2021).

⁴⁹ Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh> (Acesso em junho/2021).

imediate podemos pensar soluções para a Segurança Pública a partir das polícias e das prisões. No entanto, não se pode perder de vista que o sistema penal brasileiro se mostra falho diariamente. A Organização Mundial da Saúde já considerou que existe uma “epidemia” de violência no país e que tal fato deve ser considerado uma questão de saúde pública, bem como pode prejudicar o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil – não é à toa que a segurança econômica está na vice liderança das maiores preocupações dos respondentes com relação ao tema.

Em busca de Coesão Social quando tratamos de Segurança Pública, não podemos deixar de propor que políticas públicas sejam pensadas para atacar as causas das violências, ampliando o espectro do que se considera como medida de segurança. Uma proposta interessante, portanto, é regionalizar o olhar sobre as violências, entender quem é o público mais vulnerável, quais comportamentos aumentam ou diminuem a probabilidade de uma pessoa se tornar violenta e quais são os territórios mais suscetíveis à prática violenta. Nesta perspectiva, destacamos a “Agenda Cidades Seguras – O papel dos municípios na prevenção da violência”, material produzido pelo Instituto Igarapé em que se apresenta o fortalecimento do papel dos municípios na Segurança Pública como medida de prevenção e, consequentemente, diminuição dos quadros de violência no Brasil, justamente porque “no mundo inteiro, o coronavírus está exigindo a busca de novas soluções para convivência segura em espaços urbanos”.⁵⁰

O papel dos municípios seria implantar políticas públicas focadas em seus territórios, perpassando a prevenção social (como estratégias urbanísticas para diminuir a densidade populacional; criação de espaços de lazer e cultura à população; valorização da saúde primária; erradicação da evasão escolar etc.), bem como fortalecendo as estruturas de controle e fiscalização. Os municípios têm maiores capilaridade e condições de atender às especificidades locais para exercício pleno da cidadania, condição esta estruturante numa sociedade segura.

As inovações com as polícias e sistemas penitenciários, pensadas e coordenadas pelos Governos Estaduais e Federal, devem ocorrer em paralelo à atuação preventiva dos municípios. Para isso, propõe-se a valorização policial (civil e penal), perpassando pela desmilitarização da polícia, a fim de que tais agentes de segurança não sejam treinados para irem às ruas e às prisões para o uso da força, mas sim que possam desenvolver habilidades como exercer escuta ativa junto aos cidadãos e cidadãs e mediar conflitos, bem como adotar medidas de pacificação.

Outra política essencial é a constante capacitação de policiais na perspectiva de igualdade racial e de gênero, com vistas à diminuição da violência estatal para com a juventude

⁵⁰ RISSO, Melina; HUSEK, Terine. O RECONHECIMENTO COMO UM ESTÍMULO A BOAS PRÁTICAS: uma agenda de valorização policial. São Paulo: Instituto Igarapé, março de 2021. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/09/2020-09-28-Agenda-Cidades-Seguras.pdf>. Acesso em 17/06/2021.

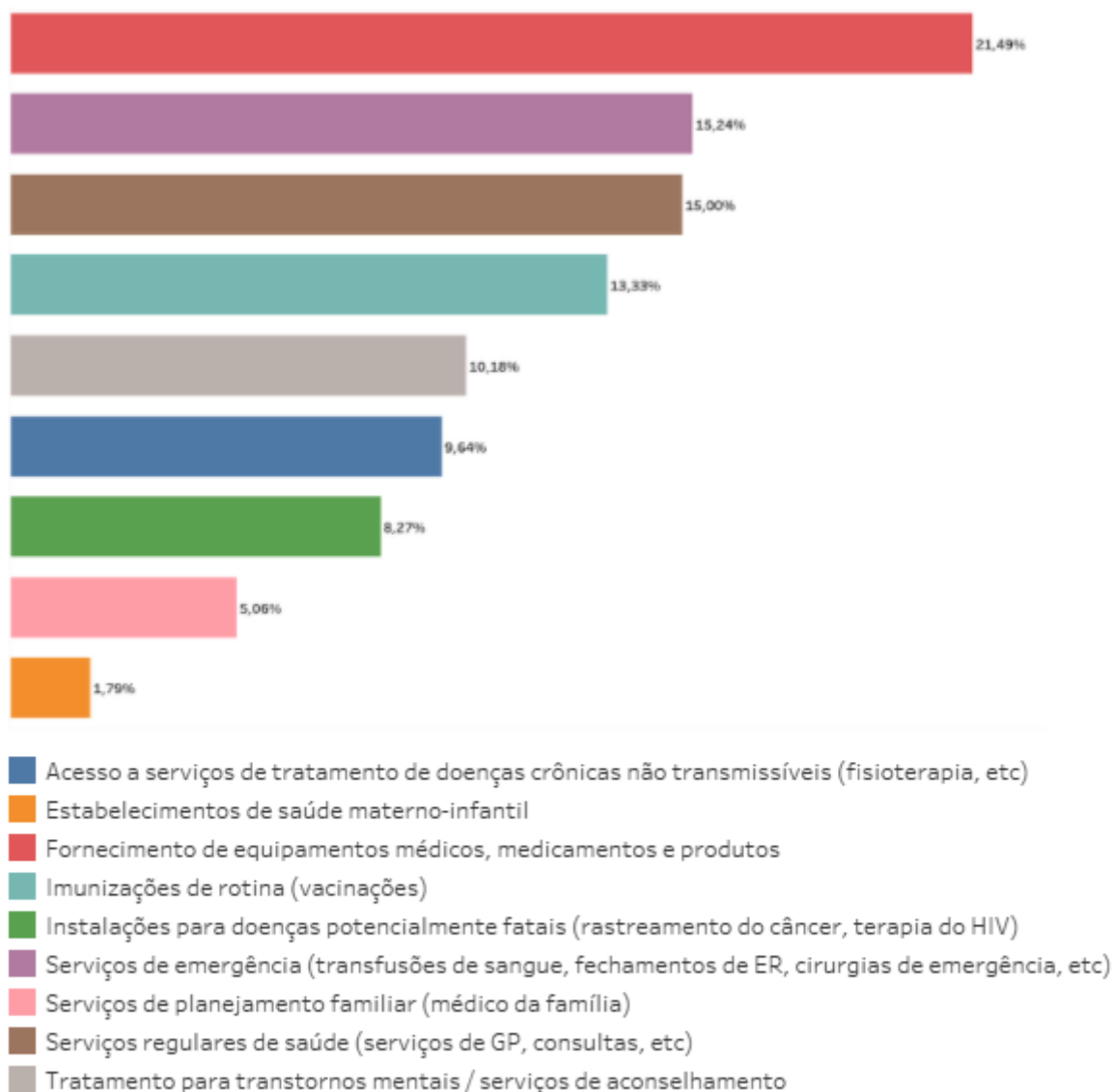
negra e para com as mulheres, uma vez que a educação pode atacar fatores estruturantes. Mas não só, todo o Sistema de Justiça e as Secretarias de Segurança Pública e Administração Penitenciária devem pensar suas políticas de formas antirracistas e antissexistas desde as suas essências, a fim de que o encarceramento da população negra e de mulheres não continue na tendência de crescimento no Brasil.

2.9. Saúde Pública

As perguntas a seguir buscaram captar a perspectiva das juventudes sobre o panorama da saúde pública no Brasil e os impactos da pandemia. Foram obtidas 840 respostas para este pilar.

Para os respondentes da pesquisa, o serviço de saúde que enfrentou mais mudanças com a pandemia foi o de “fornecimento de equipamentos médicos, medicamentos e produtos”, seguido dos serviços de emergência e serviços regulares de saúde.

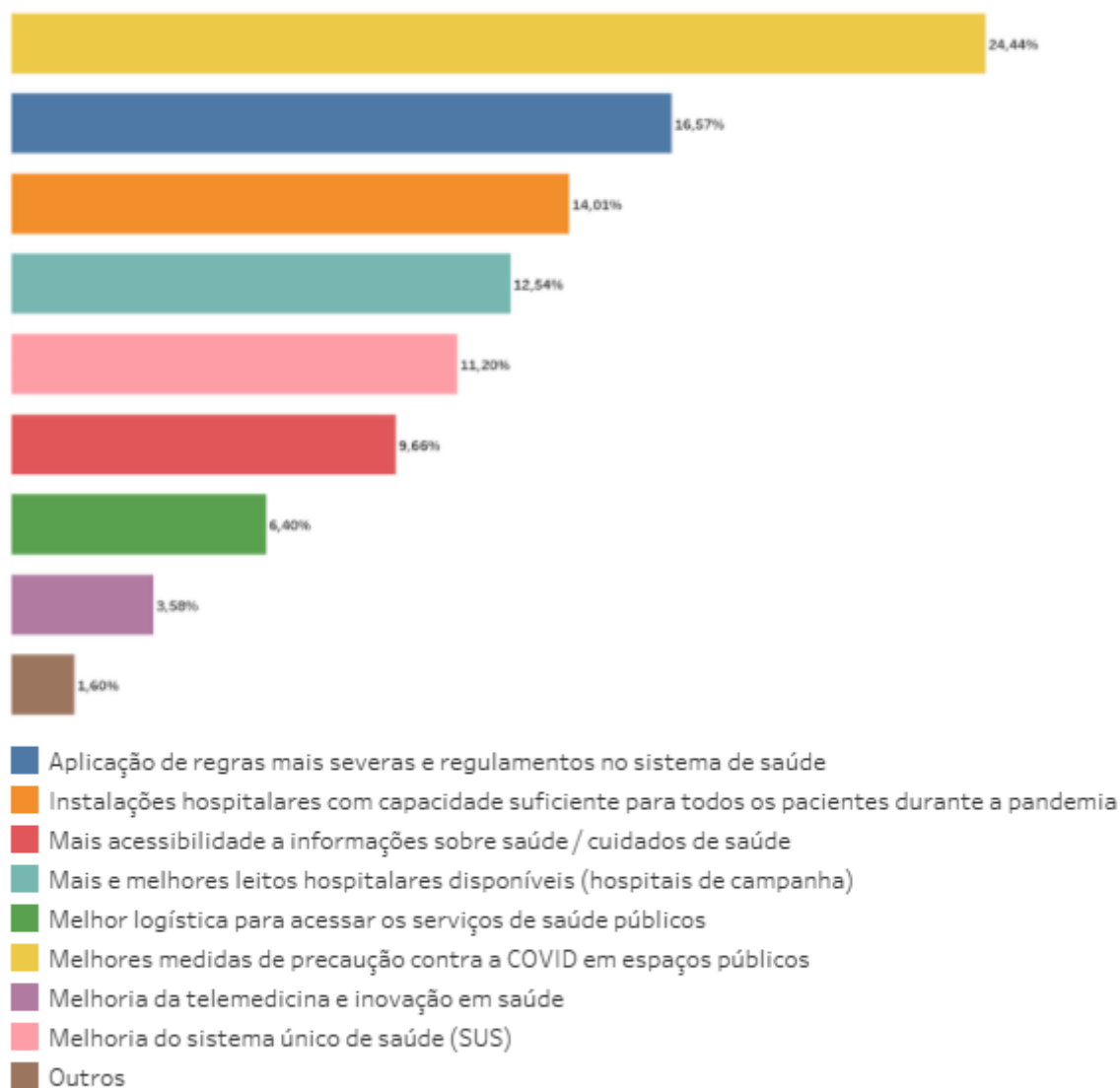
Figura 29 - Quantidade de pessoas que selecionaram a opção que representa os serviços que mais sofreram interrupções com a pandemia, podendo selecionar até 3 opções



Fonte: elaboração própria.

Posteriormente, os respondentes poderiam escolher as alternativas que se aplicavam ao questionamento: “No ano passado: quais cuidados de saúde, produtos ou serviços teriam ajudado você ou alguém da sua comunidade a se proteger melhor ou obter a cura de alguma doença?”. A opção mais selecionada foi a de “melhores medidas de precaução contra a Covid-19 em espaços públicos” – escolhida por 24,44% dos respondentes, o equivalente a 382 jovens dos 840 que contribuíram com a sua visão sobre o assunto – enquanto a “melhoria da telemedicina e inovação em saúde” foi a menos selecionada.

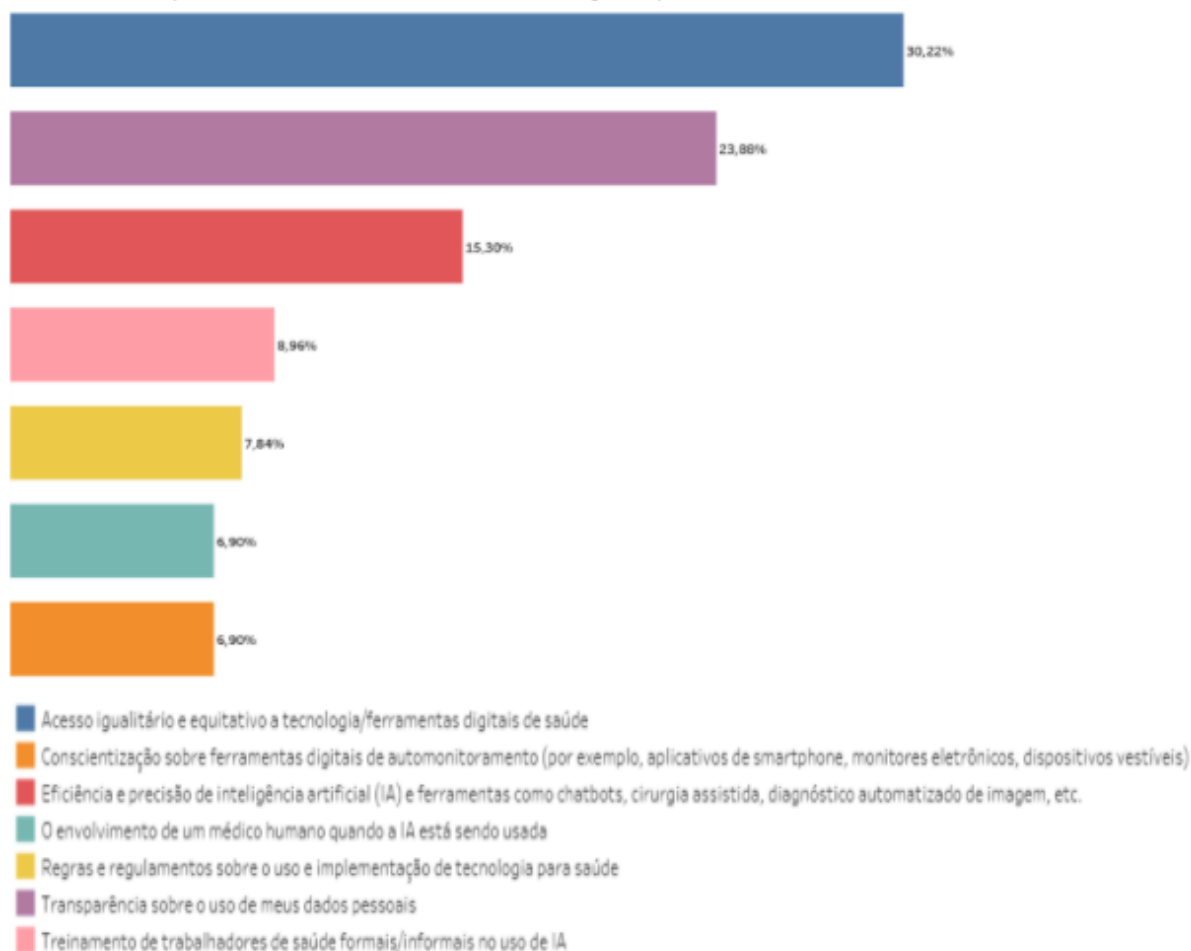
Figura 30 - Quantidade de pessoas que selecionaram a opção para a pergunta: "No ano passado: quais cuidados de saúde, produtos ou serviços teriam ajudado você ou alguém da sua comunidade a se proteger melhor ou obter a cura de alguma doença?", podendo escolher mais de uma alternativa



Fonte: elaboração própria.

Já na classificação dos melhores investimentos em ferramentas digitais para progredir nos resultados de saúde do país, o maior número de respondentes elencou como o mais relevante o "acesso igualitário e equitativo a tecnologia/ferramentas digitais de saúde", enquanto um menor número de pessoas classificou "Conscientização sobre ferramentas digitais de automonitoramento" como a mais relevante.

Figura 31 - Quantidade de pessoas que classificaram a alternativa como a mais importante para a pergunta: "Qual das seguintes considerações você priorizaria se seu país fosse investir em ferramentas digitais para melhorar os resultados de saúde?"



Fonte: elaboração própria.

2.9.1. Saúde Pública: Desafios e Oportunidades

Os resultados da pesquisa estão em consonância com discussões globais a respeito dos desafios no fornecimento e na cadeia de suprimentos com o amplo aumento da demanda. Conforme relatório⁵¹ divulgado em março de 2020 pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP), 77% dos respondentes apontaram problemas de desabastecimento de medicamentos em seus locais de trabalho, 53% falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) e 44% a falta de produtos para a saúde.

⁵¹ Abastecimento de medicamentos e produtos para a saúde. Disponível em: http://www.crfsp.org.br/images/arquivos/Relatorio_abastecimento_word.pdf (Acesso em: 19/04/21)

Uma crise de saúde global continua a devastar o mundo, expondo vulnerabilidades dos nossos sistemas de saúde pública, com milhões de pessoas afetadas pela Covid-19 e inúmeras vidas perdidas.

Segundo dados do Datafolha⁵², em pesquisa realizada em dezembro de 2020, a saúde é apontada como o principal problema do Brasil, com 27% dos entrevistados citando a área. O Instituto⁵³ também observou que, em março de 2021, os índices de reprovação ao trabalho do Ministério da Saúde durante a crise do coronavírus atingiram o patamar mais alto, com 39% considerando o trabalho ruim ou péssimo. O Brasil também registrou um recorde mundial durante a pandemia⁵⁴: 4195 mortes registradas por Covid-19 em 24 horas – o número supera o registro de 133 países, separadamente, durante um ano inteiro de pandemia.

Além das decisões políticas controversas que dificultaram seu enfrentamento, a pandemia evidenciou dois desafios no campo de saúde pública no Brasil: o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS)⁵⁵ e a reestruturação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS).

O subfinanciamento do SUS é uma questão antiga, agravada pela Emenda Constitucional 95/2016, “que congelou o piso constitucional em ações e serviços públicos de saúde (Asps) durante os vinte anos de vigência do teto de gastos”. Estima-se que, entre 2018 e 2020, o SUS deixou de receber cerca de R\$ 22,5 bilhões em recursos⁵⁶.

Essa diminuição de repasses à Saúde vem acompanhada do desinvestimento em pesquisa. Na lei orçamentária de 2021, houve corte de 68,9% na cota de importações de equipamentos e insumos destinados à pesquisa científica⁵⁷, afetando diretamente as ações desenvolvidas pelo Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz, responsáveis pela produção de vacinas no Brasil.

A crise no financiamento da Saúde e as novas dinâmicas produtivas da cadeia global de insumos impactam na estrutura do CEIS, resultando em escassez de recursos materiais.

⁵² Pesquisa Datafolha de dez./2020. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/12/1989183-bolsonaro-mantem-aprovacao-de-37-e-32-reprova-seu-governo.shtml> (acesso em abril/2021)

⁵³ Pesquisa Datafolha de março/2021. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/03/1989226-maioria-54-agora-reprova-trabalho-de-bolsonaro-na-pandemia.shtml> (acesso em abril/2021)

⁵⁴ BBC. Brasil tem em 1 dia mais mortes por Covid-19 do que 133 países em 1 ano de pandemia. Publicado em 07/04/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56661590> (acesso em abril/2021)

⁵⁵ Instituído pela Constituição Federal de 1988, o SUS é o maior sistema de saúde pública do mundo e oferece aos cidadãos brasileiros acesso integral, universal e gratuito aos serviços de saúde.

⁵⁶ DWECK, Esther; MORETTI, Bruno; e DE MELO, Maria Fernanda G. Cardoso. Pandemia e desafios estruturais do CEIS: financiamento do SUS, federalismo da saúde e as relações público-privadas. In Cadernos do Desenvolvimento – Vol. 16, n. 28. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2021, pg. 245. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/issue/view/30/showToc> (acesso em junho/2021).

⁵⁷ Em números absolutos, a redução foi de US\$ 300 milhões em 2020 para US\$ 93,29 milhões em 2021 (cf. <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/governo-corta-beneficios-fiscais-para-pesquisa-cientifica-e-atinge-projetos-de-butantan-e-fiocruz-na-pandemia.shtml> e <https://www.ufrgs.br/jornal/cortes-no-investimento-em-ciencia-prejudicam-resposta-a-pandemia-no-brasil/> - acesso em junho/2021).

Por outro lado, em linha com o que revela a pesquisa, a pandemia também acelerou o processo de adoção da Telemedicina e estimulou a inovação no setor.

2.9.1. Saúde Pública: Ideias e Soluções

A crise provocada pela pandemia de Covid-19 aponta para a necessidade de construção de uma agenda de mudanças estruturais no campo da Saúde, que abranja as unidades subnacionais e discuta regras fiscais, orçamentárias e de aquisição de produtos estratégicos de saúde. Tais mudanças visam fortalecer o SUS, reduzir desigualdades no acesso à saúde e induzir a organização do complexo econômico e industrial do setor, em sintonia com o direito à saúde e as mudanças tecnológicas em curso⁵⁸.

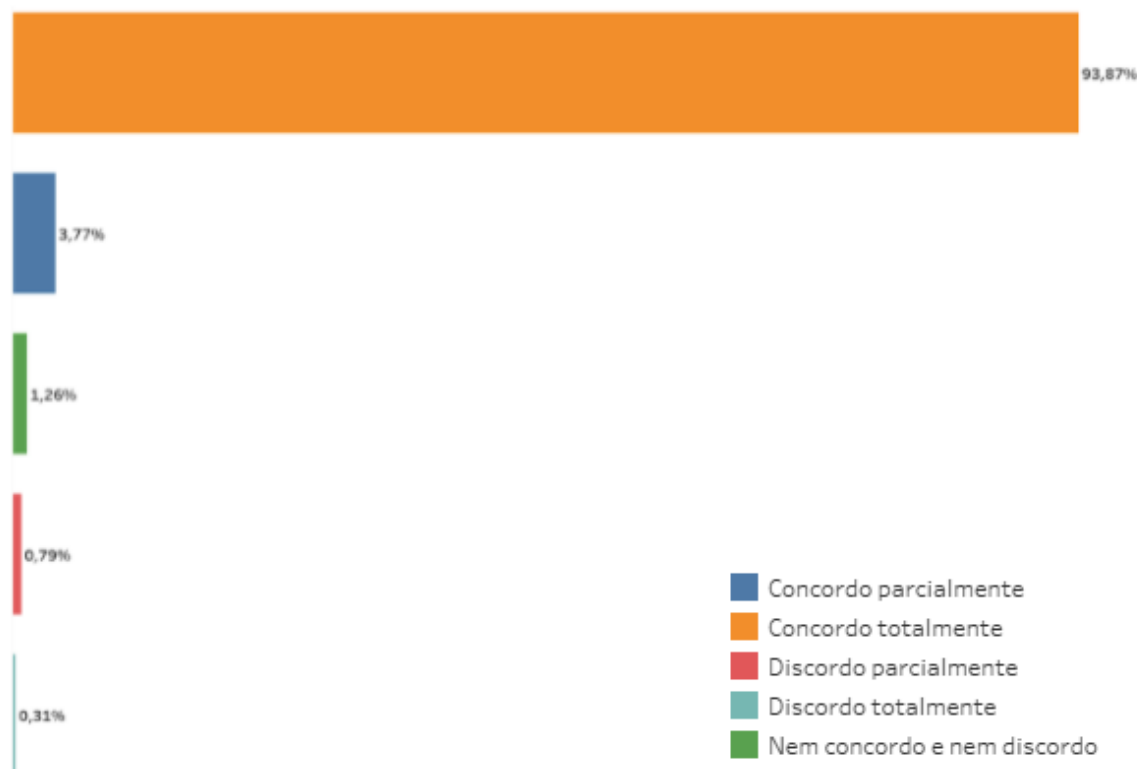
Além disso, é necessário avançar nas discussões regulatórias em torno da Telemedicina, de modo a construir um ambiente que permita sua difusão segura, sobretudo, em regiões com menos oferta de serviços de saúde.

2.10. Saúde Mental

Observamos neste pilar o maior consenso de toda pesquisa: 93,87% das pessoas (936 respondentes) concordam totalmente que saúde mental seja um direito humano.

⁵⁸ DWECK et al, p. 261.

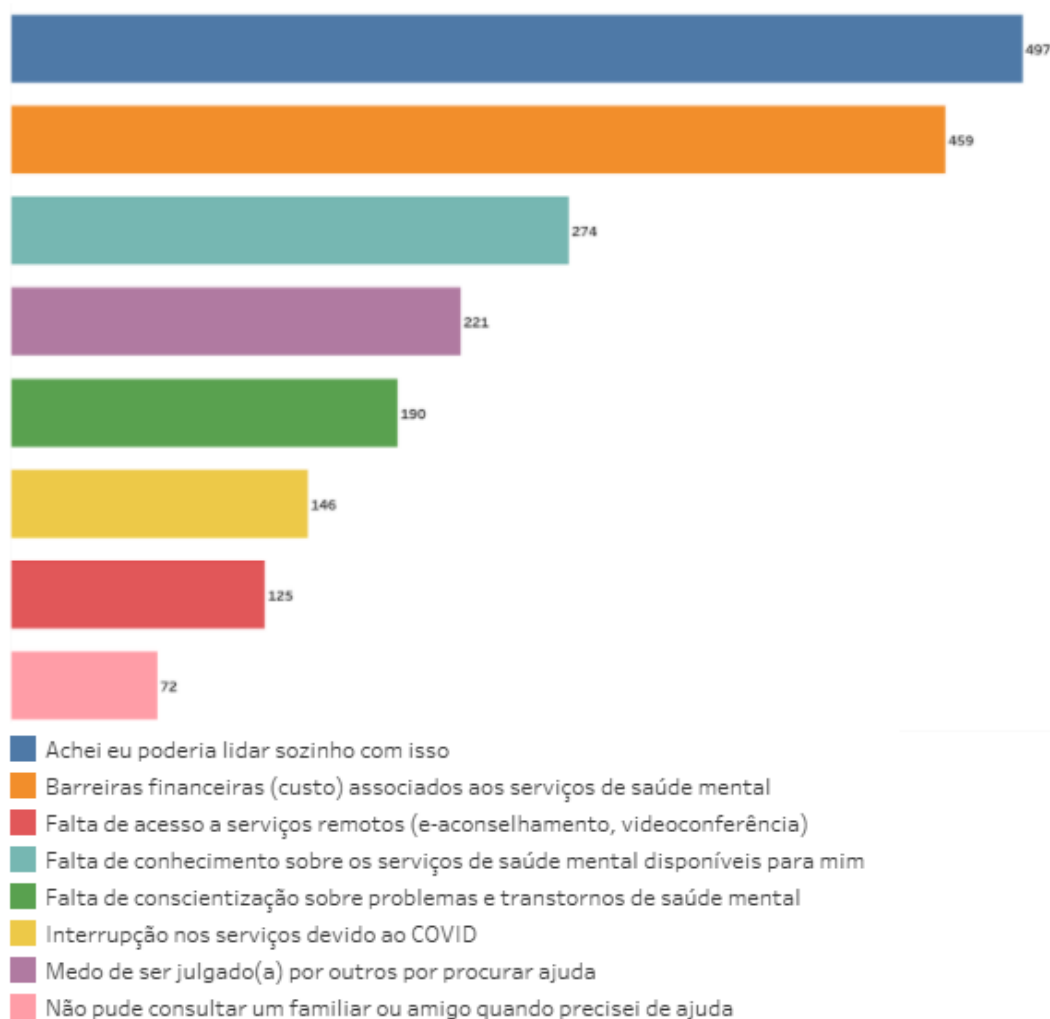
Figura 32 - Quantidade de respostas por opção para a pergunta: "Você concorda que saúde mental seja um direito humano?"



Fonte: elaboração própria.

Quando perguntados sobre "O que te impede ou já impediu de buscar ajuda de um profissional de saúde mental no momento em que precisava de ajuda?", as opções com maior número de seleções foram, respectivamente: "Achei que eu poderia lidar sozinho com isso", "Barreiras financeiras (custo) associados aos serviços de saúde mental" ou ainda "Falta de conhecimento sobre os serviços de saúde mental disponíveis", apontando grande dificuldade de acesso no âmbito financeiro e de conhecimento.

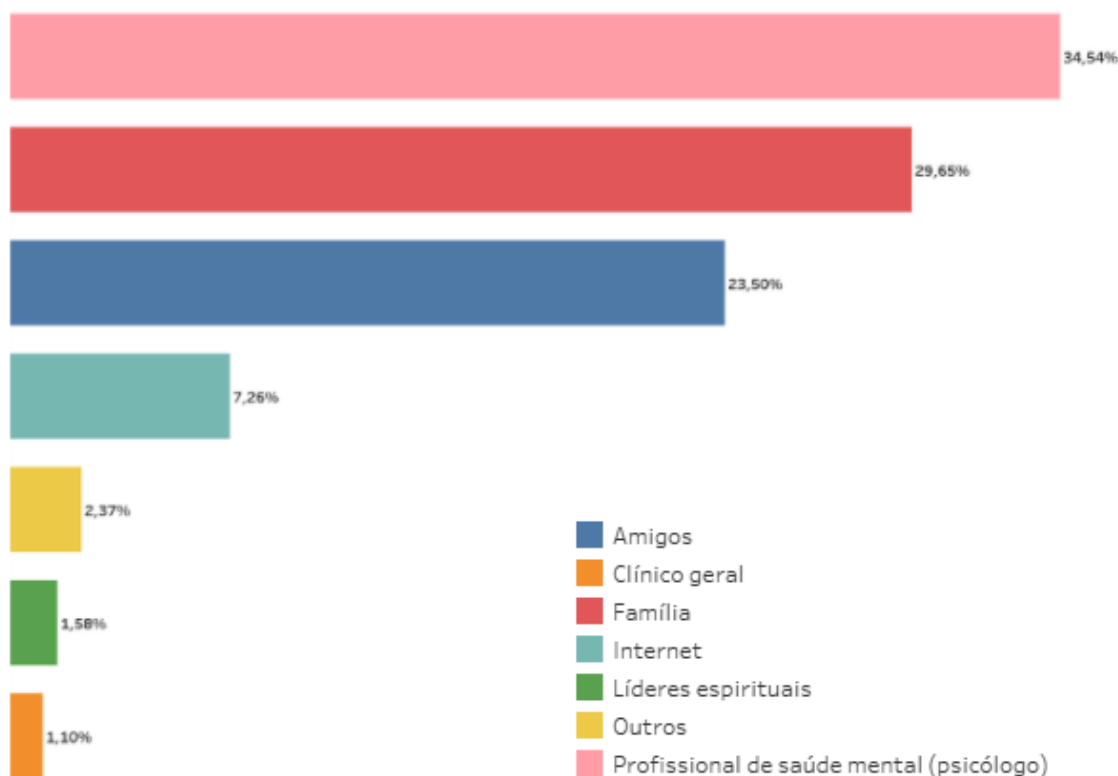
Figura 33 - Quantidade de pessoas que selecionaram a opção para a pergunta: "O que te impede ou já impediu de buscar ajuda de um profissional de saúde mental no momento em que precisava de ajuda?", podendo selecionar mais de uma opção.



Fonte: elaboração própria.

Na hora de procurar ajuda, a maioria das pessoas entrevistadas, 34,54%, disse que recorreria primeiro a um "Profissional de saúde mental (psicólogo)", e um número sensivelmente menor de pessoas, 29,65%, à família. Um menor número de respondentes recorreria a amigos, líderes espirituais ou clínicos gerais. Aqui, sobretudo na periferia, onde estão os bolsões de exclusão, ainda que haja reconhecimento da necessidade de auxílio psicológico, percebe-se que a dificuldade de acesso por motivos financeiros se torna um fator impeditivo.

Figura 34 - Quantidade de pessoas que classificaram a alternativa como a primeira para a pergunta: "A quem você recorreria primeiro se precisasse de ajuda com sua saúde mental?"



Fonte: elaboração própria.

2.10.1. Saúde Mental: Desafios e Oportunidades

O desemprego e a ameaça de desemprego impactam fortemente no aumento do estresse e da depressão. A curto prazo, muitos jovens que estavam iniciando seus projetos de vida não veem saída se não trancar a faculdade ou adiar o sonho de ingressar no ensino superior.

Levantamento realizado pela Educa Insights em parceria com a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)⁵⁹ indica que a pandemia fez com que 52% dos jovens do estado de São Paulo posterguem seus planos. De acordo com a SEMESP (Sindicato de Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior), temendo a Covid-19 e a adaptação às

⁵⁹ Pandemia faz 52% dos jovens adiarem o sonho da faculdade. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4239/pandemia-faz-52-dos-jovens-adiarem-sonho-da-faculdade> (acesso em 19/04/21)

condições de ensino remoto, 10,1% dos estudantes matriculados no ensino superior privado desistiram definitivo ou temporariamente da graduação entre os dois primeiros semestres de 2020, um índice 14,7% maior do que o mesmo período no ano anterior. A médio e longo prazo esses efeitos tendem a impactar a visão de futuro, fazendo com que se sintam desesperançosos e desalentados e sinalizem um baixo engajamento em atividades produtivas, um atraso para a recuperação econômica do país.

Para a população brasileira, o tratamento psicológico ainda é visto com muitos estigmas. É o que revela a pesquisa inédita do instituto Market Analysis⁶⁰: psicoterapia é a escolha de 2% dos brasileiros para resolver problemas pessoais. Há uma percepção equivocada que leva a crer que psicólogo “é coisa de gente louca” e faz com que a grande maioria procure apoio quando a saúde mental já vai de mal a pior.

2.10.2. Saúde Mental: Ideias e Soluções

A pandemia impactou de maneira intensa a qualidade de vida dos brasileiros, acelerando a pior crise de saúde mental desde a 2ª Guerra Mundial. O Brasil, que já era o país mais ansioso do mundo antes da pandemia⁶¹, tem seu quadro agravado com efeitos que podem perdurar mesmo com o fim da pandemia, reflexo da mudança repentina para o trabalho em isolamento e a incerteza das consequências econômicas, e da luta de muitos para lidar com o luto de vidas e meios de subsistência perdidos, aumentando a necessidade de acesso urgente a serviços de saúde mental, a fim de retornar a alguma forma de normalidade.

Os principais resultados de pesquisa realizada por pesquisadores da Fiocruz⁶² apontam a dimensão deste problema: 47,3% dos trabalhadores de serviços essenciais foram acometidos pelos sintomas de ansiedade e depressão durante a pandemia da Covid-19, no Brasil e na Espanha. Mais da metade deles — e 27,4% do total de entrevistados — sofre de ansiedade e depressão ao mesmo tempo. Além disso, 44,3% têm abusado de bebidas alcoólicas e 42,9% sofreram mudanças nos hábitos de sono.

⁶⁰ Psicoterapia é escolha de 2% dos brasileiros para resolver problemas pessoais. Disponível em: http://marketanalysis.com.br/wp-content/uploads/2016/09/Release_-Psicoterapia.pdf (acesso em abril/2021).

⁶¹ A epidemia oculta: saúde mental na era da Covid-19. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/a-epidemia-oculta-saude-mental-na-era-da-Covid-19/> (acesso em abril/2021).

⁶² DE BONI, Raquel Brandini et al. Depression, anxiety, and lifestyle among essential workers: a web survey from Brazil and Spain during the Covid-19 pandemic. *Journal of Medical Internet Research*, v. 22, n. 10, p. 1-16, Oct. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45005> (acesso em 11/04/21)

COLABORADORES(AS)

Colaboraram para a elaboração desse relatório

REVISÃO

Ana Carolina Rodrigues (GS Hub São Paulo)

DIAGRAMAÇÃO

Raquel Moraes Pereira (GS Hub Brasília)

CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS

Crisfanny Soares (Eureca)

Maria Luiza Menin (Eureca)

Rodrigo Hattori (Eureca)

PILARES

Trabalho Inclusivo

Carolina Utimura (Eureca)

Daniela Saraiva (Goyn)

Ernesto Ferreira (Instituto Joule)

Flávia Bedicks (Youth Voices Brasil)

Helena Tavares (Generation)

Isa Meirelles (Deficiência Tech)

Karina Balan (Youth Voices Brasil)

Leizer Pereira (Empodera)

Lissa Collins (Instituto Proa)

Luana Genot (Id_Br)

Mônica Rocabado (Youth Voices Brasil)

Patrícia Santos (Empregueafro)

Paula Sales (99.jobs)

Tatiana Dezen (Youth Voices Brasil)

Viviane Naigeborin (Fundação Arymax)

Responsabilidade e Ética Social

Karina Balan (Youth Voices Brasil)

Luciana Müller (GS Hub Curitiba)

Acesso Digital

Juliana Novaes (ISOC Youth SIG)

Karina Balan (Youth Voices Brasil)

Tatiana Dezen (Youth Voices Brasil)

Letramento Digital

Ana Carolina Rodrigues (GS Hub São Paulo)

Amanda Li (GS Hub Fortaleza)

Tatiana Dezen (Youth Voices Brasil)

Emissão Zero

Ana Júlia Dias Santiago (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS)

Fernanda Lott (Eureca)

Vinicius Laguardia de Castro Oliveira (GS Hub Belo Horizonte)

Consumo Consciente

Caiê Alonso (GS Hub Curitiba)

Flávia Bellaguarda (GS Hub São Paulo)

Sofia Corradi (GS Hub Belo Horizonte)

Futuro da Política

Amanda Li (GS Hub Fortaleza)

Flávia Bellaguarda (GS Hub São Paulo)

Segurança Pública e Coesão Social

Eller Aguiar Souza Araujo (Vetor Brasil)

Karina Balan (Youth Voices Brasil)

Saúde Pública

Ana Carolina Rodrigues (GS Hub São Paulo)

Saúde Mental

Crisfanny Soares (Eureca)